



atos

do conselho superior

ano LXI - janeiro-março de 1980

n. 295

**órgão oficial
de animação
e de comunicação
para a
congregação salesiana**

**ROMA
DIREÇÃO GERAL
OBRAS DE DOM BOSCO**

ATOS DO CONSELHO SUPERIOR
DA SOCIEDADE SALESIANA

ANO LXI — JANEIRO-MARÇO DE 1980 — n.º 295

Índice

1. CARTA DO REITOR-MOR
“Dar força aos irmãos”
2. ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES
 - 2.1 Constituições arts. 196 e 197
 - 2.2 Prioridades missionárias
3. DISPOSIÇÕES E NORMAS
A respeito dos arts. 196 e 197 das Const.
4. ATIVIDADES DO CONSELHO SUPERIOR
5. DOCUMENTOS E NOTÍCIAS
 - 5.1 Carta do Reitor-Mor, da Índia
 - 5.2 Carta do Reitor-Mor às Voluntárias de Dom Bosco
 - 5.3 Solidariedade fraterna: 30.^a relação
 - 5.4 Irmãos falecidos
 - 5.5 Necrologia (ordem cronológica)

1. CARTA DO REITOR-MOR

Roma, 8 de dezembro de 1979

Caros Irmãos,

como acontece todos os anos, a festa da Imaculada levou-nos a recordar as nossas origens e a reavivar as razões da nossa esperança. Vivi o dia 8 de dezembro, data tão emblemática para a vocação salesiana, entre os queridos meninos da casa de Arese, com profunda emoção e um amontoado de inquietantes reflexões.

Quando estamos com os jovens mais necessitados, em Arese, como antes na Índia, e também na América Latina, na África, na China, e em qualquer parte, percebemos com impressionante intuição a utilidade histórica e a urgência de ser plenamente salesianos: de ser mais genuínos, mais corajosos, mais inventivos e mais numerosos, sim, isso mesmo, muito mais numerosos também.

1. Desafio angustiante

Nossa vocação nasceu do afã e sofrimento de uma irrefreável maternidade: a de Maria e a da Igreja para o crescimento e a salvação da juventude cada dia mais numerosa e indigente. A Igreja, como Maria, traz em si as energias do amor materno, a sua intrepidez, a sua constância indefessa, os seus segredos de recuperação, o seu estilo de bondade, o seu sorriso de compreensão, a sua ousadia de espera, as suas riquezas de doação numa intimidade de alegria que, na expressão do poeta, "intendere non può chi non è madre".

A maternidade da Igreja e de Maria comporta uma vitalidade objetiva que introduz toda vocação, especialmente a nossa de dimensão mariana tão intensa, nas vertigens de um amor apaixonado que chega a tocar até as fibras biológicas da nossa existência. Escrevendo aos sacerdotes e falando do aspecto característico de paternidade da vocação que lhes é própria, o Papa não hesita em falar “quase de uma maternidade, lembrando as palavras do Apóstolo sobre os filhos, que ele gera na dor (1 Cor 4,15; Gál 4,19)” (Carta a todos os sacerdotes, 8).

Lançando um olhar sobre o mundo, e considerando nos vários continentes o aumento quantitativo sempre crescente dos nossos destinatários, e voltando depois os olhos para a responsabilidade materna da Igreja e, nela, para a nossa missão específica, há motivos para sobressaltos.

Éramos 22.000 na Congregação. Agora, 17.000! Por que isso?

Verdade é que estamos a viver enorme desordem cultural, na qual se assiste a campanhas para desfazer a fecundidade, favorecendo o divórcio, o controle da natalidade, o aborto, ou seja, fomentando uma cultura que põe em crise o mistério essencial da maternidade. Felizmente a Igreja possui uma natureza que vem do alto, vinculada à transcendência da ressurreição; vive culturalmente encarnada, mas como portadora de luz e fecundidade para qualquer cultura e hora histórica, sem deixar-se aprisionar nas modas que passam.

É, pois, urgente para nós que vocacionalmente participamos na natureza materna da Igreja, refletir sobre o significado de tão desusado ataque à fecundidade e à fidelidade.

Por que tantas fugas da profissão perpétua? Por que tão numerosos sacerdotes laicizados? Por que está sempre a crescer o número de religiosos turbados no equilíbrio psíquico e na vida de fé? Por que tão poucas vocações, mormente em muitas regiões do Ocidente? Como encontrar força e coragem para perseverar? Não nos sujeitamos ou estamos ainda sujeitos a certas modas e concepções seculares tão deletérias?

Eis aí um desafio que angustia a nossa fidelidade religiosa.

2. “Confirma fratres tuos”

Na última reunião dos Superiores Gerais em Villa Cavalletti, em novembro passado, tratou-se precisamente desse argumento com estudos de especialistas e troca de experiências, reflexões e esperança, sobretudo nos enriquecedores trabalhos de grupo. O tema foi estudado e discutido com vistas à responsabilidade que incumbe aos Superiores; cada um, todavia, deve estendê-lo a si próprio, porque o Senhor nos encarregou, a todos mesmo, sem exceções, de sermos servos e animadores dos próprios irmãos.

O significado de semelhante tarefa foi resumido sinteticamente na expressão de Cristo a Pedro: “confirma fratres tuos”, procura confirmar os teus irmãos! (Lc 22,32).

Somos fracos e volúveis, mas Deus é forte. E só Deus é a fonte da coragem e da segurança. Só Ele pode fortificar-nos (Rom 16,25), só Ele nos manterá firmes até o fim (1 Cor 1,8); foi Ele que nos colocou sobre o fundamento sólido que é Cristo (2 Cor 1,21), Ele é fiel, dar-nos-á força e nos protegerá do mal (2 Tes 3,3), a Ele pertence a força para sempre (1 Pdr 5,10). Sabemos, porém, que Deus age na vida cotidiana por nosso intermédio; faz chegar a nós o vigor da sua presença e o dinamismo da sua graça mediante homens que Ele escolhe. Assim se explica a missão de Pedro, dos Apóstolos, dos guias de cada Comunidade, de cada um em relação ao seu próximo; são participação verdadeira e concreta na eficácia de reforço e revigoração própria do poder de Deus.

Paulo, por exemplo, diz aos Tessalonicenses que lhes enviou Timóteo precisamente para “fortalecê-los e encorajá-los na fé”, a fim de que ninguém se deixasse assustar pelas dificuldades que deve enfrentar (1 Tes 3,2).

Há, então, em nós, por bondade e munificência do Senhor, verdadeira capacidade de fortalecer e animar os outros na vocação batismal e religiosa. É um dom que comporta empenho, discernimento, iniciativas e tribulações,

mas que traz também a alegria própria de um ministério de amor fecundo. Ouçamos novamente a Pedro na sua primeira carta: “Aos presbíteros, que estão entre vós, exorto, eu, também presbítero como eles /.../. Apascentai o rebanho de Deus que vos está confiado /.../, de boa vontade /.../, com devotamento. Não como dominadores das ovelhas entregues a vossos cuidados, mas tornando-vos modelos do rebanho. E quando aparecer o Pastor supremo, recebereis a coroa imarcescível da glória” (1 Pdr 5,1-4).

Queria, nesta carta, saber transmitir aos Inspetores, Diretores, Confessores, Formadores e, em definitivo, a todos os Irmãos, um suplemento de consciência e diligência acerca da responsabilidade de fortalecer os outros e um testemunho vivo da satisfação e alegria que isso proporciona. Revigorar os Irmãos é de certo modo participar da sua solidez de fundamento, é colaborar com Pedro na sua função de pedra, é experimentar o dinamismo fecundo da maternidade de Maria e da Igreja, é partilhar com Dom Bosco a certeza da validade sobrenatural da vocação salesiana.

Os tempos em que vivemos exigem atitudes novas, apropriadas às dificuldades emergentes. A crise de fidelidade e fecundidade a que assistimos exige de nós a capacidade de dar força e coragem: capacidade que exige uma programação de virtudes novas por praticar. Será preciso pensar um pouco nisso e formular um bom propósito de vida.

3. Tentativa de leitura da crise

As numerosas saídas que a Congregação registrou nestes anos inscrevem-se num fenómeno mais vasto de crise e defecções religiosas e sacerdotais e de queda impressionante de vocações na Igreja do Ocidente. É uma baixa que provoca inquietantes perguntas quer sobre as possíveis causas, quer sobre o significado atual dos valores de fidelidade e perseverança, como sobre as perspectivas do futuro.

Indagando dos que saíram e dos seus superiores as motivações aduzidas para justificar o passo dado, dialogando com os que atualmente se encontram num estado angustioso de dúvida e reexame, refletindo sobre as atitudes dos resig-

nados ou dos indiferentes, observando os que reagem sem equilíbrio com manifestações acomodadamente conservadoras ou superficialmente progressistas, mas sobretudo aprofundando o empenho dos muitos mais numerosos que perseveram ativamente e se esforçam por enfrentar tantas dificuldades graves, percebe-se logo a necessidade de distinguir um duplo nível de leitura do fenômeno de crise: o *nível pessoal próprio* de cada um, a ser considerado caso por caso no seu próprio ambiente, e o *nível cultural, social e eclesial*, a ser perscrutado numa visão de conjunto, em solidariedade com os Pastores e com os sábios do pensamento e da ciência.

Trata-se de dois aspectos que se sobrepõem e competram de fato, mas cuja diferenciação facilita uma tentativa mais inteligente de leitura da crise.

EM NÍVEL PESSOAL

Referimo-nos aqui principalmente aos que saíram: a crise que os levou a decisões extremas pode servir para iluminar as outras. Sabemos que os casos de abandono foram muito numerosos. O fenômeno, tomado globalmente, oferece-nos dados concretos: fraqueza da liberdade humana, carências de seleção e formação, desvios ideológicos, deficiências institucionais, anacronismo de alguns aspectos da forma de vida, moralismo na prática dos votos e da observância da regra, etc.

Podemos acrescentar algumas considerações, aproveitando sobretudo algumas análises feitas pelo nosso querido conselheiro para a formação, P. Juvenal Dho, referentes aos pedidos de dispensa nestes últimos dez anos.

Há, nos motivos aduzidos para pedir dispensa, dois pontos de vista: o do sujeito interessado e o dos superiores e testemunhas: ambos completam-se na descrição dos motivos. O indivíduo interessado apresenta o seu estado de ânimo, considera a própria situação como experiência vivida; a *testemunha*, ao invés, descreve o comportamento exterior da maneira como foi observado por ele ou por outros na comunidade.

Não podemos deixar de lembrar antes o alto e grave significado do ato de liberdade com o qual se emite a profissão perpétua, ou com o qual dela se pede dispensa. Trata-se de uma decisão livre, de opção global, que influi sobre todo um projeto de existência, atinge necessariamente o santuário íntimo da consciência, deixando ao seu redor uma zona impenetrável para o observador e também para o próprio interessado. Por conseguinte, apontar motivos para uma escolha de abandono não significa ainda estabelecer-lhe as causas: “falar de ‘motivos’ e falar de ‘causas’ não é exatamente a mesma coisa. O estudo das causas é necessariamente muito mais amplo e vai do exame das inumeráveis variáveis ambientais, atuais e históricas, às pessoais: ao passo que o estudo sobre os motivos restringe-se aos elementos que *proximamente* levam a pessoa a uma decisão e que ela vê como a ‘razão’ de tal decisão” (J. Dho).

Partimos aqui do nível dos motivos apresentados tanto pelos sujeitos como pelas testemunhas.

Uma primeira avaliação simplesmente ‘quantitativa’ (e, portanto, a ser ainda aprofundada para não formular juízos superficiais e errôneos) apresenta-nos como primeira indicação, assaz superior numericamente às seguintes, a castidade, a afetividade e a sexualidade. Mais em baixo aparecem, em ordem decrescente, as dificuldades de personalidade, de caráter e de distúrbios psíquicos; depois, a imaturidade geral; o abandono da oração e o desinteresse pela vida espiritual; a perda do significado da vocação; o desacordo da contestação; as fixações ideológicas; a inadaptação à vida comum; a ruptura com os superiores, por fim, e é importante, também a constatação da não existência da vocação. Além desses motivos dão-se outrossim situações concretas irreversíveis.

A alta frequência quantitativa dos motivos respeitantes à castidade, à afetividade e à sexualidade não se deve por certo julgar como uma “causa” do fenômeno atual de crise. Ela não pode ser vista isoladamente, porque recebe seu verdadeiro significado da inter-relação que tem com os outros motivos a que se acha ligada, e do contexto global da pessoa situada concretamente num tecido de vida e num clima cultural e espiritual.

Parece-nos mais objetiva e penetrante, ao invés, a tentativa de síntese geral dos vários motivos apresentados, que consiga descrever mais agudamente a crise das defecções. Uma leitura sintética do conjunto pode-se resumir com a descrição de um estado de alma bastante complexo. Trata-se, em geral, de *um estado de alma* que revela descontentamento e frustração pela vocação religiosa e sacerdotal, rejeição de normas, orientações, diretrizes, estruturas: tudo fortemente relacionado com três elementos significativos:

— *enfraquecimento do sentido sobrenatural* e decadência espiritual geral;

— *opções ideológicas* que tendem a justificar o abandono;

— *necessidade imatura e compulsiva de afeto*, com quedas mais ou menos freqüentes no âmbito da castidade.

Ao considerar tal estado de alma em cada caso isolado, será preciso ter em conta a história que vai da infância ao ambiente familiar e social, à educação e aos estudos, à formação religiosa, ao trabalho feito, à situação de convivência em comunidade, etc.; além disso deverá ser colocado perante o colossal fenômeno de transformação cultural em que vivemos, o qual tem, também ele, a sua história e desenvolvimento, mais ou menos acelerado e diversamente acentuado, conforme as regiões e países em que se vive: além disso não se poderá deixar de considerar também o forte processo de renovação que surgiu no âmbito específico da Igreja após o Vaticano II, o qual tem exigências de mudanças delicadas e ritmo de dinamismo espiritual e apostólico com diferentes expressões concretas nas diversas regiões.

Da análise dos motivos resultam também duas categorias bem distintas de abandono: a primeira é a dos que manifestam uma *inautenticidade inicial da vocação religiosa*, que permaneceu latente por longos anos e explodiu em circunstâncias bem diferentes; a segunda é dos que denotam um *enfraquecimento progressivo da vocação até à ruptura da perseverança religiosa*.

Ao analisar essas duas categorias de Irmãos, de certo sentimo-nos todos postos em causa e chamados a juízo. São motivações comprometedoras: facilidade excessiva na admissão, superficialidade no discernimento das vocações, insensibilidade ante os perigos de certas ideologias desorientadoras, aburguesamente, ausência de entusiasmo espiritual e apostólico, situações comunitárias irregulares ou injustas e impróprias, incompreensões e contrastes, excesso de trabalho em quantidade e qualidade, condicionamento de suspeitas, mexericos, calúnias, instrumentalização dos dotes pessoais e ausência de espaço para o espírito de iniciativa, isolamento e frustração provocados pelo fato de não encontrar na comunidade a genuína comunhão e compreensão da caridade.

Há, por conseguinte, muita responsabilidade pessoal, tanto por parte de quem abandonou como por parte dos muitos que ficaram. Isso é objetivo, mas não justifica de per si as defecções. A liberdade pessoal vive envolvida, como já dissemos, num manto de mistério; não podemos analisá-la de maneira exaustiva; ela nos convida a não condenar.

Entretanto, embora seja certo que a liberdade sofre o impacto do ambiente, não se pode aceitar uma explicação determinista das crises pessoais: a vocação é um fato dialógico tecido de originalidade nas relações de cada um com Deus; implica relações pessoais livres e sinceras com Ele através das vicissitudes e acontecimentos da vida, e através da mediação de outras pessoas concretas. É absoluta a certeza da fidelidade por parte de Deus ao chamado que Ele faz e à intervenção da sua misericórdia para amparar a débil capacidade de perseverança da liberdade. O peso do ambiente não tira a responsabilidade de ninguém, mesmo incluindo a liberdade de cada um num quadro de referência que não se deve descuidar.

Feita essa precisação, é certo que devemos de qualquer maneira assumir toda a nossa responsabilidade, não só pelo influxo pessoal que pode ter havido na complexa objetividade de muitas motivações, mas sobretudo para aceitar o desafio que nos lança a crise, e enfrentar com conhecimento, constância e previsão a sua problemática.

EM NÍVEL CULTURAL, SOCIAL E ECLESIAL

Registra-se no atual devir humano um processo intenso de mutações tanto na Cultura, como na Sociedade e na Igreja, em correspondência com os sinais dos tempos que emergiram neste século e explodiram sobretudo após a última guerra mundial.

A grande guinada antropológica, como se costuma chamar, com o sentido de ativa participação social, aprofundamento da dignidade da pessoa, emancipação dos mitos e das superstições, promoção humana da justiça social, crescimento enorme das ciências e da técnica, colocou-nos a todos à procura de *um novo projeto-homem*.

As vastas e rápidas mudanças estruturais sócio-políticas, voltadas para a construção de uma *nova sociedade*, pensada com a ajuda de variadas ideologias muitas vezes não cristãs e estranhas ao espírito do Evangelho, suscitam tensões e lutas e um pluralismo cultural que desorienta.

O conjunto desses fenômenos marca uma hora de *crescimento da humanidade*, e apresenta os sinais precursores de uma nova época histórica. “O gênero humano — diz-nos o Concílio — encontra-se hoje em uma *fase nova de sua história*, na qual mudanças profundas e rápidas estendem-se progressivamente ao universo inteiro. Elas são provocadas pela inteligência do homem e por sua atividade criadora e atingem o próprio homem, seus juízos, seus desejos individuais e coletivos, seu modo de pensar e agir tanto em relação às coisas quanto em relação aos homens. Já podemos falar então de uma verdadeira transformação social e cultural, que repercute na própria vida religiosa. Como acontece em qualquer crise de crescimento, esta transformação acarreta sérias dificuldades” (GS 4).

Por outro lado, a *profunda renovação eclesial* promovida pelo Vaticano II com o aprofundamento do mistério da Igreja na comunhão e na missão, a centralidade dada à Palavra revelada, o conceito complementar e de serviço de qualquer ministério e carisma, o relançamento da Igreja local com as suas exigências de descentralização e de multiformidade pastoral, o apostolado dos leigos, a perspectiva ecumênica e o

diálogo com as religiões não cristãs, a liberdade religiosa, o repensamento do ministério sacerdotal como tarefa de 'pastor' e de 'guia' da comunidade, a dimensão colegial da Ordem, a nova presença da Igreja no mundo como perita em humanidade, a sua natureza sacramental e a redescoberta do sentido eclesial da consagração religiosa, tocaram profundamente todos os aspectos da realidade cristã, removendo certa tranqüilidade de vida, mas também revolvendo os espíritos e prestando-se, por vezes, a interpretações de caráter subjetivo, a diferença de pareceres nas coisas mais santas e seguras, e até a abusos e desvios.

Eis, então, que por causa das numerosas e profundas mudanças em nível sócio-cultural e em nível eclesial surgem não poucas dificuldades, características de uma mudança histórica. Já o afirmou o Concílio: "nasce daí, imenso, um complexo novo de problemas que provoca novas análises e sínteses" (GS 5).

As incertezas causadas por mudanças profundas provocaram delicada insegurança doutrinal no âmbito da Fé, com dúvidas, indeterminações e também equívocos ou aberrações, e uma crise de identidade na própria Igreja e, em geral, na Vida religiosa até atingir mais concretamente cada Instituto.

A novidade de presença da Igreja no mundo provocou uma crise de espiritualidade e dos métodos apostólicos na interpretação das relações mútuas entre promoção humana e evangelho de salvação e, em particular, da visão ascética da "fuga mundi" e da moral cristã.

O processo de secularização pôs em crise os valores de qualquer consagração, ao passo que o sentido mais democrático da participação social fez explodir a contestação da autoridade, e a aceleração da história transtornou o campo das estruturas e das instituições.

Por isso tudo muitos Religiosos interrogam-se sobre o problema angustiante da possibilidade do futuro ou sobre o inquietante de um futuro diferente. Discutem-se os próprios princípios da Vida religiosa: o verdadeiro valor da profissão perpétua, a essência permanente de cada voto, a relevância do projeto evangélico do Fundador, a importância da forma

de vida comunitária, os critérios de admissão ao Instituto e a metodologia de formação.

Todo esse enorme complexo de valores emergentes, de problemas e dificuldades influem muito mais sobre cada indivíduo do que aquilo que é explicitado nos motivos apresentados em nível pessoal, em relação ao fenômeno de crise e de abandono.

O Concílio, porém, ainda que reconheça o aumento das contradições e desequilíbrios (GS 8), não nos fala de catástrofe humana, mas sim da aurora “de um período novo da sua história” (GS 4) e do positivo empenho da Igreja e dos cristãos em ajudar com sempre maior generosidade e eficácia os homens do mundo contemporâneo a esforçarem-se por construir uma nova sociedade e uma nova era. Disso se deduz que o Vaticano II nos leva a interpretar o fenômeno global de forma substancialmente positiva, mesmo deixando espaço mais que suficiente para muitas angústias, inseguranças, desvios e influxos negativos que fazem repercutir seu peso e angústia sobre as vocações religiosas e sacerdotais.

Portanto: uma perspectiva de esperança. Ela, todavia, lança um grande desafio à Vida religiosa contemporânea na sua estabilidade e possibilidade de futuro.

4. A nossa ótica de discernimento

Para nós, a mudança cultural a que assistimos convida-nos à conversão e à retomada. Não é difícil descobrir nela as riquezas próprias do mistério da história, que traz viva em si a presença de Cristo, seu Senhor. A nossa leitura do conjunto dos fenômenos pode tornar-se, sem dificuldade, uma meditação dos planos secretos de Deus. Nas vicissitudes, prósperas ou adversas, podemos perceber como uma passagem do Senhor que nos desperta, corrige, estimula, ajuda a crescer e convida-nos a perseverar e progredir.

Nenhum Instituto religioso poderá hoje permanecer fiel no imobilismo; nem poderá sê-lo num vazio mobilismo fim em si mesmo, que fere ou transcura a vitalidade do carisma inicial. O Senhor que passa convida-nos a um “equilíbrio

dinâmico”, que ponha em execução a *fidelidade no movimento*, com um ritmo de velocidade adequado às exigências das situações. Assim o empenho para mudanças justas e urgentes passa a fazer parte viva da própria genuinidade religiosa.

Mas para saber ver e interpretar a passagem do Senhor, requer-se capacidade de oração, objetividade de análise, relação viva com as origens, atenção aos sinais dos tempos e à condição dos destinatários que influem profundamente na historicidade da própria missão, referência contínua e iluminada ao Vaticano II, às orientações do Magistério, às diretrizes dos últimos Capítulos Gerais e à animação concreta dos principais responsáveis da Congregação.

É importante cultivar esse tipo de meditação com solidariedade comunitária, sem atitudes individualistas ou de auto-suficiência, e sem pressões de grupos ideológicos.

ENUMEREMOS ALGUNS SINTOMAS POSITIVOS

Com os superiores gerais, em Villa Cavalletti, puderam-se individuar alguns elementos positivos que iluminam o panorama e permitem conjecturar uma perspectiva séria de perseverança e fecundidade. Eis alguns:

a consciência e a constatação que esta nova estação de Deus nos está movendo realmente num caminho de renovação, e não de agonia e de sepultura;

o exercício já intensificado de perscrutar com inteligência de fé os sinais dos tempos e de haver tomado suficiente consideração a guinada antropológica, abrindo-nos à vasta contribuição das ciências humanas, endereçou-nos a uma síntese superior, sem fazer consistir a fidelidade numa restauração;

o crescente esforço de aprofundar o depósito da fé, seja na estrutura pessoal como no seu contexto social, despertou-nos a iniciativas importantes para uma formação intelectual permanente;

a visão conciliar da Igreja como mistério está restituindo o primado da dimensão contemplativa à Vida religiosa;

a sensibilidade para com os pequenos e os pobres implica uma recuperação do testemunho dos votos e de maior sensibilidade de comunhão;

o desafio de tantas mudanças moveu os Capítulos Gerais a precisar e esclarecer a identidade vocacional de cada um dos Institutos;

a necessidade de programar o futuro com inteligente perspectiva estimulou a uma volta objetiva e penetrante ao carisma do Fundador;

a situação de instabilidade e de procura contribuiu para fazer rever, para renovar e reafirmar o valor das Constituições como projeto evangélico que enquadra a profissão religiosa;

a diminuição da quantidade numérica nos professos estimulou a procura e cuidado da “qualidade” nos vários aspectos essenciais da vocação, na seleção, na admissão, na formação inicial;

a crise, em geral, despertou as responsabilidades e estimulou o estudo das prioridades espirituais e pastorais a serem cultivadas.

Certamente, com estes sinais de esperança, continua aberto, com diz o Papa na sua encíclica “Redemptor hominis”, um panorama “de inquietude, de medo consciente ou inconsciente, de ameaça, que de vários modos se comunica a toda a família humana contemporânea e se manifesta sob vários aspectos /.../ em várias direções e graus de intensidade” (RH 15).

De aí a importância e urgência de encontrar a maneira de, num período de transição, dar força e infundir coragem a todos os Irmãos.

5. Alguns compromissos prioritários

Da análise feita numa ótica de esperança, resultam já concretamente várias tarefas irrenunciáveis e urgentes; devemos salientá-las para que se tornem o objeto privilegiado do nosso compromisso de programação da renovação. Trata-

-se de alguns pontos-chave para os quais os dados analisados nos levam a dirigir a nossa vontade de atuar.

— Em primeiro lugar, o aprofundamento do *significado da fé* e do seu patrimônio doutrinal, centrado no mistério pascal de Cristo no contexto da problemática atual. Ele nos leva a uma especial atenção à reflexão teológica sobre a Vida religiosa e a uma consciência renovada dos seus valores fundamentais, sobretudo da *profissão perpétua*.

— Em segundo lugar, a qualidade da *formação* tanto inicial como permanente, precedida de cuidadosa seleção dos candidatos. O processo formativo deve ser todo ele voltado para atingir “a pessoa no seu profundo, e não sómente a sua inteligência e o comportamento exterior, para ajudá-la a uma livre percepção e reconversão das próprias motivações” (J. Dho).

Além disso, a urgência de recuperar e dar relevo prático à *direção espiritual* é um ponto que emerge com muita frequência nas análises. Os Superiores Gerais consideraram-na como uma necessidade vital e pediram que se encontrasse a maneira de sensibilizar quanto ao problema todos os Institutos religiosos. Nessa mesma linha insistiu-se sobre a figura e o papel do superior como mestre da “vida no Espírito”, tal como foi descrito no documento “Mutuae Relationes” (MR 13).

— Depois, a importância da *comunhão fraterna* e das *relações humanas* dentro da vida consagrada e fora; reveste-se ela de especial urgência na comunidade religiosa para favorecer o equilíbrio da pessoa e para estimular a fidelidade, hoje particularmente difícil. Se é verdade que todo professo se empenhou com a comunidade, é ainda mais verdade que a comunidade é chamada a cuidar de cada Irmão (Const. 4, 50-53, 54). Urge salientar hoje as grandes possibilidades de prevenção e terapia que pode oferecer uma genuína comunhão de vida: cada comunidade deve chegar a ser “uma comunidade confirmadora”, que sabe dar força e infundir coragem aos seus membros.

— Enfim, o cuidado de uma *higiene psíquica e espiritual*: a saúde psíquica tem necessidade, como a saúde física, de um conjunto de condições que a conservem e favoreçam.

“Muitas defecções se acham claramente ligadas a uma série de tensões, conflitos, ânsias, que revelam muitas vezes, na base, um modo de viver, tanto comunitário como pessoal, fora de toda norma de higiene psíquica, e também de bom senso” (J. Dho). Convirá ter em conta, sobretudo em certos casos, os meios atuais de oportunos cuidados terapêuticos de inspiração cristã, exercidos, se necessário, em centros apropriados.

Por outra parte também a vocação tem necessidade de uma higiene espiritual: “Viver habitualmente com um estilo em desarmonia com os valores vocacionais autênticos não pode deixar de enfraquecê-los progressivamente” (J. Dho).

6. Os eixos da força e da coragem

A tentativa de leitura da atual crise religiosa abriu-nos horizontes de esperança, mas confirmou também as preocupações e as angústias, apresentando-nos uma problemática enorme e ambivalente, absolutamente superior às nossas capacidades de atuação e que conserva, pois, também o seu peso e aspecto desencorajador. Não se trata, aqui, de passar por otimista ou pessimista, mas de ter fé.

A perseverança e a fidelidade são possíveis; antes, são a única atitude válida e construtiva do futuro.

Com efeito, permanecer fiéis e ter capacidade de dar força aos outros, e de infundir-lhes coragem, não provém de um entusiasmo ingênuo de quem sequer vislumbra os problemas nem percebe a grave corrosão de cedência e dos perigos complexos que incumbem sobre o futuro da Vida religiosa. Todavia, mesmo considerando inevitável a perturbação natural e o avanço insidioso de um secularismo subtil que penetra em todos os ambientes e desequilibra o significado evangélico de consagração, resta indiscutível uma certeza de perseverança. Sabemos pelo Evangelho que Cristo é o vencedor na história (Jo 16,33) e que a nossa fé é verdadeiramente uma vitória (1 Jo 5,4).

A fonte de onde jorra a capacidade de confirmar os irmãos provém da presença salvadora de Deus em nós; e essa presença aprofunda raízes na graça que santifica o

nosso ser e o faz agir mediante os dinamismos teologais da fé, da esperança e da caridade.

São justamente os três grandes eixos sobre os quais se move o *serviço de confirmação* dos Irmãos hoje: o da verdade, iluminado pela “fé”; o da perspectiva, animado pela “esperança”; e o da bondade, amparado e impregnado pela “caridade”. Queremos refletir brevemente sobre estas energias que nos são oferecidas pelo alto.

Devemos supor aqui os grandes horizontes cristãos da fé, da esperança e da caridade: limitando-nos a alguns aspectos estratégicos que de tais horizontes refluem sobre a nossa Vida religiosa e exigem agora especial atenção e propósitos práticos de aplicação.

Da fé extraímos algumas orientações estratégicas de verdade; da esperança, alguns apelos para a missão; da caridade, algumas prioridades para a comunhão.

A VERDADE, ILUMINADA PELA “FÉ”

Primeiramente, para dar força e infundir coragem em casa, é preciso tornar límpida a *verdade sobre a Vida religiosa*.

O Concílio, o Magistério, os Capítulos Gerais e os Superiores responsáveis de toda a Congregação ofereceram a propósito, durante estes anos, material abundante de esclarecimentos. Também bons teólogos concorreram na Igreja, com oportunas reflexões, para individuar os centros nevrálgicos da consagração religiosa.

Lamentavelmente espalharam-se também ideologias peregrinas ou interpretações superficiais e infundadas, e modas secularísticas, que desviam as pessoas frágeis ou pouco maduras. A propósito, não conviria esquecer que os Apóstolos usaram juízos severos sobre os falsos mestres que afastam os irmãos da verdade (Cf. 2 Cor 11, 1ss; 1 Tím 6,3ss; Ti 1,10ss; 2 Pdr 2,10ss; 1 Jo 2,18ss; Jdt 1,3ss).

Urge assegurar a clareza de percepção e a convicção de consciência sobre os valores que acompanham algumas verdades basilares para a nossa vocação.

Concentremos a nossa estratégia sobre dois: a “Profissão religiosa” e a “índole própria” da Congregação.

— *A redescoberta dos valores da “Profissão perpétua”*, na sua qualidade de opção fundamental e definitiva, por parte do sujeito, e de consagração específica por parte de Deus e da Igreja. Com a profissão perpétua o religioso lança toda a sua existência numa bem determinada órbita eclesial. A profissão perpétua é uma opção e consagração totalizante, que se torna medida de juízo e critério de discernimento de todas as opções posteriores; requer uma ótica original e um testemunho especial no projeto global da própria vida; nada foge ou escapa das perspectivas do seu ângulo. Ninguém é religioso a tempo intermitente: a oblação da profissão e a sua consagração íntima é o compromisso radical que qualifica todos os aspectos da existência do religioso.

Na fórmula com que emitimos a profissão perpétua (Const. 74) encontram-se as características da “aliança” bíblica: o encontro de duas fidelidades num compromisso de existência; uma amizade de sentido nupcial que envolve toda a vida e orienta todo o dinamismo da própria atividade; é a fusão de duas liberdades a tempo integral, por toda a existência.

S. Tomás falava precisamente de um “voto de profissão”, no singular (Cf. S. Th. II-II, p. 186), considerando o ato do professante não partido mas antes explicitado nos três votos, como um ato único e global do “voto de religião” (Cf. Tillard, “Devant Dieu et pour le monde”, ed. du Cerf. Paris 1974).

O motor interno da profissão perpétua, o segredo do seu dinamismo e toda a sua mística é a “sequela de Cristo”. O amor e o entusiasmo para com Ele constituem a fonte primeira e a meta da vida do religioso.

Na celebração da profissão perpétua devemos pôr em evidência a sua *dimensão pública*, que assegura e proclama autorizadamente a marca eclesial e o significado social e comunitário da consagração. Com efeito, a celebração da profissão perpétua manifesta uma intervenção particular do Senhor mediante o ministério da Igreja. Antigamente se dava

a tal intervenção o nome de “consagração” (também o novo “Ordo professionis religiosae”, págs. 30, 49, 73, 92 usa o termo “consecratio seu benedictio” para a profissão perpétua). E é precisamente neste sentido que o Concílio falou de “consagração” do religioso: (ele por Deus) é consagrado mais intimamente ao serviço divino” (LG 44, texto latino).

Se a intervenção de Deus é consagração e bênção que desce do alto, o ato do professante é oblação e holocausto que parte de baixo.

A vocação de cada um é um *chamado divino particular* ao qual a liberdade pessoal responde com a sua *oblação definitiva*, contramarcada por uma *consagração especial* da parte de Deus, pela qual todo o ser do homem é introduzido, *com um novo título*, numa *nova união de amizade com Ele*, que abraça toda a sua vida e cada uma das suas atividades, e que lhe confia *um papel particular na sacramentalidade geral* da Igreja.

Não é por nada que a profissão perpétua é emitida como parte integrante de uma celebração litúrgica e o seu significado mais profundo “nasce de um ato de culto e é inseparável da liturgia” (G. Philips, comentando a “Lumen gentium”). Mediante a profissão somos *consagrados pelo Senhor no Seu Povo*, enquanto Sacramento universal de salvação, para participar mais especificadamente na sua missão entre os homens. Assim a Vida religiosa adquire uma dimensão “sacramental” como participação na natureza da Igreja, para manifestar e comunicar à sociedade humana um aspecto do mistério de Cristo (LG 46), não simplesmente como projeto privado de um indivíduo ou de um grupo, mas como tarefa oficial, ou melhor como um carisma público e eclesial para o bem de todos. O religioso, assim, entra com a profissão a fazer parte de uma espécie de “corpo especializado” (de uma “ordem”) ou de uma “categoria testemunhal” no organismo vivo do Corpo de Cristo que é a Igreja.

Portanto, redescobrir e proclamar a verdade acerca dos valores da profissão perpétua, para preparar-se a ela e para vivê-la com coerência, é um primeiro elemento para infundir força e coragem nos irmãos, para fazer conhecer a grandeza

e a responsabilidade da vocação, para ir contra a indiferença, a superficialidade, e certas interpretações ideológicas que desnaturam o valor da Vida religiosa ou que, mais freqüentemente, enfraquecem os fundamentos da perseverança.

Podemos citar aqui, porque de profundidade análoga, quanto o Santo Padre escreveu para os sacerdotes: “É preciso pensar em tudo isto, principalmente nos momentos de crise, e não recorrer logo à petição de dispensa, entendida qual “intervenção administrativa”, como se na realidade em tal caso não se tratasse, ao contrário, de uma profunda questão de consciência e de uma prova de ser homem. Deus tem direito em relação a cada um de nós a esta prova, se é verdade ser a vida terrena de todos e cada um dos homens um tempo de provação. Mas Deus quer igualmente que nós saíamos vitoriosos de tais provas, e para tanto nos dá o auxílio adequado” (Carta aos Sac. 9).

O “confirma frates tuos” liga-se intimamente à comunicação da verdade acerca da natureza da profissão perpétua: é, de fato, a fé que sustenta as certezas da esperança e os bens da caridade.

— *Sincera adesão à “indole própria” da Congregação.*
Outro aspecto de verdade na Vida religiosa, sobre o qual urge insistir hoje com acurada clareza, é o da identidade carismática do próprio Instituto para assegurar e desenvolver concretamente um decidido sentido de pertença. A profissão religiosa, com efeito, não se emite em abstrato, mas segundo um projeto evangélico concreto, concebido e vivido pelo Fundador e descrito com autoridade nas Constituições. Nas origens, os nossos primeiros irmãos exprimiam o seu projeto religioso de vida com uma frase simples, mas densa de riqueza existencial: “Quero ficar com Dom Bosco!”.

A identidade de um Instituto não se encontra numa idéia ou numa definição, mas numa experiência de “vida no Espírito”. A Congregação, à qual nos incorporamos com a profissão, é uma realidade histórica com nomes de pessoas, datas, com tradição, estilo de santidade e apostolado, objetivos particulares a serem atingidos e com adequados critérios de ação. A Vida religiosa na Igreja não é algo genérico, subsistente “em si”, mas é o conjunto de Institutos vários,

bem definidos, que prolongam vitalmente o patrimônio espiritual de S. Bento, de S. Francisco, de S. Domingos, de S. Inácio, de S. Afonso, de Dom Bosco, etc.

A índole própria de um Instituto nasce por iniciativa do Espírito Santo quando deu ao Fundador um determinado carisma. Não é inventada em cada geração, mas flui homogeneamente das origens; de fato o carisma do Fundador “revela-se como uma *experiência no Espírito*, transmitida aos próprios discípulos para ser por eles *vivida, conservada, aprofundada e constantemente desenvolvida em sintonia com o Corpo de Cristo em perene crescimento*. Por isso a Igreja defende e sustenta a *índole própria* dos vários Institutos religiosos (LG 44; cf. CD 33; 35,1; 35,2; etc.). Tal índole própria comporta também *um estilo particular de santificação e de apostolado*, que estabelece uma determinada *tradição* de tal modo que se podem colher convenientemente *seus objetivos*” (MR 11).

Há, pois, na índole própria da Congregação, uma consistência histórica que não depende de interpretações ideológicas e que não pode ficar à mercê do arbítrio de cada um, ou de grupos de pressão, mas que ancora de maneira realista em dois dados de fato muito concretos: o *Fundador*, ou seja, uma pessoa bem definida, que recebeu e começou a viver na história um dom especial do Espírito Santo; e *uma Comunidade* de discípulos, enriquecida ininterruptamente com novas vocações pelo mesmo Espírito Santo e *estruturada organicamente* para cuidar e desenvolver no tempo a permanência do carisma do Fundador.

O desenvolvimento e a criatividade ao longo dos séculos têm necessidade de sintonia com tais realidades históricas, evitando distorções quer de sentido temporalista no âmbito sócio-político, quer de arbítrios estiritualistas ao apelar subjetivamente para o vento de Pentecostes. Os fatos nos dizem, infelizmente, que existem atualmente abusos nessas duas vertentes.

O serviço de dar força e infundir coragem exige, então, um conhecimento claro da “índole própria” da Congregação, como uma órbita bem definida, para nela lançar as energias novas e os projetos de desenvolvimento com vistas a um crescimento homogêneo e sadio do carisma do Fundador.

A PERSPECTIVA, ANIMADA PELA "ESPERANÇA

Para dar força e infundir coragem aos irmãos é preciso atender também a um segundo eixo: o de *uma perspectiva* que demonstre a atualidade e a importância *da nossa missão* entre os homens.

Hoje se olha para o futuro, para o novo Advento do ano 2.000, no ritmo genuíno do Evangelho que implica sempre novidade. Em tal atitude, porém, devemos estar conscientes do futuro, mas sem nos deixar condicionar por certa magicidade do futuro. Nós é que influímos sobre o futuro! Não estamos caminhando numa via férrea traçada com visão determinista, mas criativamente, com critérios válidos de discernimento, que olham simultaneamente para o carisma do Instituto e para os sinais dos tempos, a fim de construirmos, nós, com esforço, uma síntese vital superior.

Quando, depois de mais de um decênio de crise, se começa a falar de recuperação de certos valores ou de cansaço por um mobilismo exagerado, não se está a indicar uma simples volta ao passado com uma planificação de restauração: seria a negação do crescimento e uma adulteração estática da fidelidade. Nem mesmo se trata de um cansaço passageiro, como se fosse uma trégua operativa sem verdadeiras convergências superiores e contribuições positivas de uma nova síntese.

Estamos agora assistindo claramente a uma reavaliação de vários valores; cresce uma crítica constante e sofrida da mudança pela mudança; não se trata de cansaço ou de parada fugaz, mas de um passo à frente muito concreto.

A recuperação, de que se fala, é o sinal do início de uma *síntese superior* entre os grandes valores permanentes e os novos aspectos positivos que emergiram dos sinais dos tempos. Vislumbra-se maior equilíbrio entre os princípios sempre válidos, ontem e amanhã (porque transcendem a moda efêmera da hora que passa), e os valores emergentes no-dever humano. Não é um equilíbrio estático para quem se instalou num pedestal, mas um verdadeiro *equilíbrio no movimento*, onde a própria velocidade intervém como um

dos fatores que garantem a estabilidade na corrida para a frente.

A mudança cultural para uma nova época histórica apenas começou; a Igreja, os Pastores, os Institutos Religiosos devem pensar na sua missão dentro de uma sociedade humana em transição, convencidos de serem chamados a uma procura corajosa.

O equilíbrio em movimento exige a posse de algumas certezas, claras e robustas, que constituam como uma plataforma de lançamento para muitas órbitas no espaço; exige saber viver “estavelmente” numa “situação instável”. O santo, por exemplo, com a sua obediência, com a sua castidade e com a sua pobreza, é um homem para todas as estações; é portador de valores que são para todos os tempos; representa um centro de interesse não só do passado, mas também do futuro. Pois bem: quais são os princípios permanentes que o movem? Será necessário individualizá-los para fazê-los entrar em simbiose com os sinais dos tempos e atingir assim a síntese superior.

Eis em que direção é preciso encontrar os elementos de segurança numa situação de procura. A esperança é por si mesma lançada para o futuro, mas apóia-se em certezas irrefutáveis já existentes. Conta com a onipotente bondade e misericórdia de Deus que nos ama e acompanha; conta com a presença viva e ativa de Cristo que nos guia na história; conta com a intercessão e intervenção materna de Maria que comparte, na ressurreição, o empenho do Senhor em construir o Reino de Deus nos séculos.

Para ter uma perspectiva de coragem e entusiasmo em nossa missão urge assegurar os grandes pontos de apoio da esperança cristã que nos dão a capacidade de equilíbrio num ainda longo período de transição.

Aqui, porém, lembrarei, para nós, somente dois aspectos derivados que considero estratégicos e urgentes: “a escuta operativa do apelo dos jovens” e a renovação da nossa “criteriologia apostólica”.

— *A escuta operativa do “apelo dos jovens” é indispensável para um empenho apostólico de futuro. Consideramo-*

-nos servidores do homem porque enviados pelo Pai a sermos missionários da juventude. A nossa perspectiva de futuro tem dois polos inseparáveis, a ajuda do alto que nos sustenta e nos lança, e os meninos e os jovens que nos chamam e provocam na sua concreta condição juvenil.

Estamos entre os jovens porque Deus a eles nos enviou, e lhes prescrutamos a condição juvenil em toda a sua problemática, porque, através dela, é o próprio Cristo que nos interpela. A pátria da nossa missão é a juventude necessitada. A sua condição objetiva é o estímulo prático que mede os empenhos da nossa esperança, nos oferece elementos de avaliação das nossas obras e nos põe em crise de revisão e reprogramação.

Sente-se hoje a imperiosa necessidade de uma “novidade de presença” apostólica; ela não condena as obras por si mesmas, mas exige delas um magnânimo repensamento junto com experiências inéditas, devidamente programadas e avaliadas. Os dois últimos Capítulos Gerais orientaram-nos precisamente nesse sentido.

Mover-se nessa direção não diminui os problemas, mais propriamente faz nascer outros novos; não favorece a comodidade nem a tranqüilidade, mas desperta os sentimentos mais genuínos do apóstolo; não nos sentimos numa situação cômoda, mas chamados a colaborar com Cristo Redentor na libertação integral do jovem. A força e a coragem se afrouxam quando se encerram numa situação de aburguesamento; seu clima mais adequado é ao invés o da problemática e das necessidades alheias, sobretudo dos destinatários prediletos. A nossa vocação nasceu em tempos difíceis e a coragem de vivê-la cresceu, enfrentando as dificuldades reais e complexas do momento.

— *Renovação da nossa “criteriologia apostólica”, a fim de que seja válida para o futuro. Ela está contida, notou-o o CG21, no Sistema Preventivo. Estamos fortemente empenhados, depois do belo documento capitular, em reatualizar os seus grandes princípios fundamentais. É, esse, um trabalho indispensável para a nossa perspectiva apostólica.*

No Sistema Preventivo encontramos aquele particular “estilo de santificação e de apostolado” (RM 11) que o

Espírito do Senhor despertou em Dom Bosco; ele constitui um elemento do alto, que fundamenta a nossa esperança.

Pois bem: numa situação de transição não nos servem as fórmulas feitas mas sobretudo os grandes critérios de ação que suscitam e guiam muitas programações possíveis e diferenciadas. Temos necessidade de critérios que animem com nova vitalidade os empenhos pastorais, se bem que nos estejamos movendo, antes precisamente porque nos estamos movendo numa incerteza sócio-cultural.

Cuidemos, pois, de uma perspectiva pedagógica de princípios de ação, sólidos e comprovados pela experiência, que acompanha e torne operativa a nossa esperança (cf. carta-circular sobre "O projeto educativo salesiano", ACS 290, 1978).

Quanto mais se aprofundarem e traduzirem em orientações práticas os grandes critérios pedagógicos-pastorais que Dom Bosco nos deixou no Sistema Preventivo, tanto mais se contribuirá, sem dúvida, para melhor confirmar os irmãos.

A BONDADDE, AMPARADA E IMPREGNADA PELA CARIDADE

Enfim, o terceiro eixo da força e da coragem é o da bondade amparada e impregnada pela caridade.

A bondade é uma atitude que não condena, que não agride, que compreende, que perdoa, que intui, que pacifica, que confia, que espera, que toma a peito, que conforta, que anima, que estimula, que louva, que corrige com humildade e confiança. Faz pensar no hino da caridade da primeira carta aos Coríntios. "A caridade é paciente, a caridade é benigna. Não é invejosa. A caridade não se ostenta, não se enche de orgulho, nada faz de inconveniente, não procura o interesse próprio, não se irrita, não leva em conta o mal recebido; não se compraz com a injustiça, mas se rejubila com a verdade; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta" (1 Cor 13, 4-7).

Num clima impregnado dessa bondade, torna-se fácil a comunicação mútua e a eficácia de um diálogo animador.

Lembramos o encontro do jovem pedreiro Bartolomeu Garelli com Dom Bosco na igreja de S. Francisco de Assis em Turim: a bondade do padre novo tornou possível uma amizade que inaugurou a nova missão histórica da Família Salesiana a favor da juventude.

Da importância da bondade estamos todos convencidos, e é muito fácil para todos nós lembrar com saudade o coração de Dom Bosco, que nem sempre encontramos no clima das nossas comunidades. É mais fácil criticar-lhe a ausência do que concorrer para aumentar-lhe a presença. Não há dúvida que quem é “bom” irradia calor e esperança nos outros. O problema, porém, está em conhecer e empregar os meios para cultivar a bondade.

Vou lembrar aqui apenas dois aspectos estratégicos que garantem, para quem quiser, o crescimento na bondade; derivam do dom da caridade, infundida em nós pelo Espírito do Senhor. São eles: a recuperação do “primado da dimensão contemplativa” e o cuidado intenso da “comunhão fraterna”.

— *A recuperação do primado da “dimensão contemplativa”* implica o exercício e o desenvolvimento da caridade nas nossas relações com Deus: a escuta da sua palavra, a consideração do seu mistério de salvação, a meditação da sua misericórdia, o estupor pelo heroísmo do seu sacrifício, a admiração pela benignidade e firmeza do seu comportamento, a alegria pela generosidade dos seus dons, o entusiasmo pela gratuidade do seu amor.

A bondade que procede da caridade não é propriamente um dado temperamental ou uma bonomia de convivência, mas fruto consciente e exigente da profundidade do próprio amor para com Deus.

Quanto mais se difundir na Congregação certa atmosfera embebida de ateísmo prático, tanto menor capacidade de verdadeira bondade existirá entre os Irmãos.

A fonte da bondade que está no centro do espírito salesiano é Deus, numa consciência de profunda amizade com Ele; ela flui do exercício de uma caridade que contempla, com intuição de amor, o coração do Pai. Trata-se de uma

contemplação em que a atividade da inteligência está a serviço do amor, e onde os propósitos da vontade se traduzem em testemunho de serviço como participação no mistério adorado.

Para aumentar a capacidade de dar força e coragem aos irmãos através da bondade, é preciso aprofundar a capacidade de manter-se em contínua conversação com Deus, escolhido como o Amigo sumamente amado na profissão religiosa. De aí a importância e a urgência de cuidar dos tempos de oração pessoal e comunitária: a Eucaristia, a Penitência, a meditação da Palavra de Deus, a liturgia das horas, a devoção a Maria: são esses os meios indispensáveis para tornar cotidianamente possível a nossa bondade.

A capacidade de encorajamento dos outros apóia-se toda na consciência viva da amizade com Deus.

— *Cuidado intenso da “comunhão fraterna”*. Outro campo concreto para o cultivo da nossa bondade é o exercício da comunhão com os outros.

Falou-se tanto nestes anos de intercâmbios pessoais, de amizade, de comunhão fraterna, de comunidade ideal. É preciso que sejamos realistas e que não contribuamos para fazer da comunidade um mito. Não existe na história a comunidade perfeita; ela vive em plenitude somente na Jerusalém celeste. Aqui, entre nós peregrinos, a comunhão fraterna é objeto de procura e esforço de construção; cresce com a contribuição da bondade de cada um. Uma bondade feliz em dar com o estilo da gratuidade aprendido no mistério de Deus.

O fenômeno das defecções e da crise profunda de não poucos irmãos lembrou-nos um aspecto particular, talvez um tanto descuidado demais no afã do trabalho diário: há em todos alguns momentos ou graus de fraqueza e de pecado e também de perturbação psíquica: há um nível de patologia mais ou menos intenso também entre os religiosos ditos normais: a nossa vida não é somente lógica e ascese.

O realismo das constatações de fraqueza, de falha, de desequilíbrio e de doença, lembrou-nos que a bondade tem outrossim um aspecto de compreensão, de perdão e de te-

rapia. Ao promover a formação permanente em cada comunidade, dever-se-ia reservar um lugar não apenas secundário à sua “*dimensão terapêutica*”, que muitas vezes previne e também sana as quedas e os sintomas patológicos de algum membro dela. Para dar força e coragem a não poucos irmãos é necessária uma inteligente aplicação ao cuidado desse aspecto. A reeducação de cada comunidade deve levar-nos a saber enfrentar as falhas e as crises pessoais com o estilo da bondade que é amor compreensivo e respeitoso, mesmo se apoiado na força e na lealdade de Deus e não sobre o desinteresse, sobre o permissivismo, sobre a conivência ou sobre o temor da correção.

7. Conclusão

Percorremos juntos, caros irmãos, de maneira um tanto rápida e numa apresentação muito sintética, alguns dados de leitura da crise atual, descobrindo sinais de esperança e individuando tarefas prioritárias de trabalho. Fizemo-lo considerando o abandono de muitos, o desânimo de alguns, a dúvida de outros, a queda das vocações e os anseios de todos de ter uma perspectiva de futuro mais clara.

A época em que vivemos põe à prova a fecundidade e a fidelidade. Como reagir? Quem nos dará força e coragem para enfrentar tantos problemas?

O Senhor é a fonte da fidelidade; Maria e a Igreja nos proclamam o mistério cristão da maternidade fecunda; todos os consagrados foram encarregados de dar confiança e alegria aos seus irmãos. Os eixos sobre os quais se move tal *ministério de encorajamento* são a fé, a esperança e a caridade; elas nos convidam a concentrar o “serviço da confirmação” na verdade da nossa vida consagrada, nas perspectivas de nossa missão, e na bondade inerente ao nosso estilo de vida.

Se considerarmos os pontos concretos aos quais nos referimos ao falar dos três eixos, constataremos que se trata de um programa de renovação já aprofundado e estabelecido pelos nossos dois últimos Capítulos Gerais. Vê-se mesmo que o Espírito do Senhor nos assistiu nessas reuniões para

construir uma estratégia válida de futuro, para esclarecer os valores da nossa identidade, para estimular os esforços da perseverança.

Concentremo-nos, pois, inteligente e generosamente, sobre esses pontos estratégicos a fim de revigorar entre nós a fidelidade e a fecundidade.

Dom Bosco testemunhou com toda a sua existência, tanto a fidelidade como a fecundidade e a capacidade de encorajamento. Viveu em tempos difíceis e neles encontrou uma razão ainda mais forte a favor da sua vocação. Talvez nos estivéssemos esquecendo que pertence à própria essência da nossa vocação existir para resolver problemas, pequenos e grandes. Também a Igreja existe para enfrentar as dificuldades e vencer o mal.

Os pensadores de alguns séculos atrás perguntavam se Cristo se teria encarnado caso não existisse o pecado na história: nós sabemos que a encarnação é obra de redenção e libertação numa luta cerrada contra o mistério da iniquidade.

Também a dimensão mariana da nossa espiritualidade nos lembra o aspecto de patrocínio e ajuda por parte de Maria nos tempos difíceis, a fim de que saibamos lutar e ser constantes até o fim.

Despertemos, pois, com confiança e esperança, o entusiasmo e a profundidade da nossa profissão religiosa, lembrando quanto dizia o apóstolo Paulo aos cristãos de Corinto: “Deus vos dará perseverança até o fim, para que apareçais irrepreensíveis no dia de nosso Senhor Jesus Cristo. É fiel o Deus pelo qual fostes chamados à comunhão do seu Filho, Jesus Cristo, nosso Senhor”! (1 Cor 1,8-9).

Votos cordiais de força e coragem a todos!

Asseguro-vos o meu afeto e uma lembrança cotidiana na Eucaristia e no Terço.

Vosso no Senhor,

P. EGÍDIO VIGANÓ
Reitor-Mor

2. ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES

2.1 *A respeito dos artigos 196 e 197 das Constituições*

O título poderia à primeira vista supor a intenção de dizer alguma coisa sobre as variantes introduzidas pelo Capítulo Geral XXI ao art. 196 e sobre as novas quantias estabelecidas como limites de competência inspetorial pelo Reitor-Mor e pelo Conselho Superior, de acordo com o art. 197 das Constituições, e comunicados recentemente a todas as Inspetorias.

Não se trata de nenhum desses dois argumentos, porque existem a respeito exaustivas e claras motivações nos Atos do Capítulo Geral XXI e na carta de comunicação de 16 de julho de 1979 a respeito do art. 196 e do art. 197 das Constituições.

Deseja-se aqui dar orientações práticas e fazer algumas recomendações acerca da observância e da aplicação desses dois importantes artigos relativos a todas as operações econômico-financeiras, que podem interessar às Inspetorias e às Casas.

É evidente que os responsáveis por tais operações devem antes de mais nada assumir o compromisso de *observar esses artigos em todo o seu alcance*, não somente como dever de disciplina religiosa e administrativa, mas também como norma prudencial, que, bem observada, dá tranquilidade aos interessados responsáveis e oferece garantia de uma avaliação exata da operação, na medida humanamente possível.

Isto posto, referindo-nos ao art. 197, que atribui todas as operações previstas pelo artigo precedente das Constituições à competência do Inspetor e do seu Conselho, quando estas se acham dentro dos limites definidos pelo Conselho Superior, como acima se disse, *recomenda-se* que também

nestes casos de descentralização se cumpram escrupulosamente as relativas determinações, não como simples formalidade, mas para avaliar responsabilmente a conveniência, o alcance, a utilidade, o escopo e a correção da operação proposta.

Se a operação (alienação, aquisição, empréstimo, construções, etc.) é proposta por uma Comunidade, deverá ser estudada e tecnicamente predisposta pelos órgãos competentes da Casa, possivelmente também de prévio acordo, em linhas gerais, com o Inspetor e com o Ecônomo Inspetorial.

Depois de aprovada pelo Conselho da Casa, é enviada, com a juntada dos dados necessários e a relativa documentação, inclusive a ata do Conselho local, ao Inspetor, que interessará o Ecônomo Inspetorial, para apresentação e exame no Conselho Inspetorial, e dará ou fará dar a resposta oficial escrita, com motivações adequadas à decisão tomada.

É supérfluo acrescentar que a decisão poderá ser plenamente positiva ou com sugestões e variantes, ou então negativa, com a eventual indicação de outras soluções a serem estudadas e levadas para a frente com o mesmo iter.

Quando, ao contrário, a operação interessa diretamente a Inspeoria e não uma Casa já existente, e está sempre dentro da competência inspetorial, o andamento relativo desenvolve-se no âmbito do Conselho Inspetorial, seja no que diz respeito por vezes à promoção da iniciativa, seja para a aprovação definitiva ou eventual decisão negativa.

Mas também nesse caso deve ser feito tudo com base em documentação, para que tudo fique conservado no arquivo inspetorial.

Detivemo-nos sobre o dever de seguir esse processo, porque alguém poderia pensar (e a hipótese não é do terceiro tipo) que, tratando-se de negócios no âmbito da Comunidade inspetorial, se possa proceder assim sem mais, sem tantas precauções e estudos e sem ouvir o parecer dos órgãos competentes, os quais só se podem exprimir com plena liberdade e senso de responsabilidade quando perfeitamente informados por uma documentação completa.

Lembramos de passagem que cabe ao Inspetor e ao seu Conselho estabelecer o que julga oportuno deixar à competência dos Superiores de cada Comunidade local, em matéria econômico-financeira.

Quando as operações de que falamos superarem as competências das Inspetorias, depois de cumpridos os trâmites descritos, é preciso pedir a autorização do Reitor-Mor e do seu Conselho, de acordo com o art. 196, enviando toda a documentação, inclusive a ata da reunião na qual o Conselho Inspetorial deliberou a operação.

Nesse trabalho indispensável é preciso cuidar que a documentação contenha elementos e dados exaustivos a fim de que o Conselho Superior possa pronunciar-se com pleno conhecimento sobre a operação submetida à aprovação.

Só assim poder-se-ão evitar demoras, agravadas pelos frequentes e prolongados atrasos do correio.

Além disso, tal pedido deve ser feito a tempo, e não quando a operação já estiver encaminhada de forma empenhativa, ou mesmo terminada.

Para certas operações (por exemplo uma nova construção, etc.) a fim de evitar que se façam inutilmente preparativos e despesas, é aconselhável pedir uma licença em princípio, numa linha orientativa e regular-se conforme a resposta.

É óbvio que se trata de operações para uma nova Obra, é indispensável primeiro alcançar a autorização para a abertura da Obra.

Parece-nos que podemos terminar aqui, porque podem bastar essas rápidas normas e porque, havendo sempre tantas outras coisas muito mais elevadas para ler, não se pretende atormentar os pobres interessados.

2.2 *Missões. Casos prioritários*

1. Realizou-se a 30 de setembro na Basílica de Maria Auxiliadora de Valdocco a tradicional função de adeus aos missionários da 109.^a expedição. Foi ela presidida por Dom Emílio Vallebuona, Bispo de Huaraz, Peru.

2. De 1.º de janeiro a 30 de novembro de 1979 foram 131 os pedidos de irmãos para irem para as missões.

3. Não se pode deixar de admirar a generosidade que move tantos irmãos a se oferecerem para as missões, sabendo-se muito bem que esse oferecimento requer necessariamente a renúncia a todo um comportamento de vida e o impacto com dificuldades imprevisíveis e extraordinárias. A Congregação compreende tais sacrifícios. E porque sente a insistência dos pedidos provenientes da África, da Ásia e da América Latina e dá-se conta da enorme necessidade de pessoal missionário, renova ainda instantaneamente um apelo às Inspetorias mais ricas de irmãos.

Face à objeção habitual de que todas as Inspetorias sentem a falta de pessoal parece-nos dever lembrar ainda o exemplo de Dom Bosco, que, num momento de excepcional necessidade para a Europa, enviou às missões os seus melhores irmãos. A história da Congregação dá-nos também esta lição: nos períodos em que se realizou com maior generosidade de homens a atividade missionária, viram-se multiplicar as vocações e a obra. É preciso ter hoje a coragem e mais ainda a fé de acreditar nesses milagres da vida da Igreja e da Congregação.

É uma mobilização de generosidade e iniciativa, inserida na mais vasta renovação espiritual que o Papa está promovendo no mundo.

O Conselheiro para as missões, fazendo-se intérprete do Conselho Superior, propõe aos irmãos neste momento dois campos de trabalho missionário específico, para o qual se quer endereçar com maior urgência o nosso esforço.

O primeiro é o Sudão, do qual já se falou no n. 292 dos ACS. A situação requer, como pôde dolorosamente constatar o Conselheiro para as Missões, um intervenção prioritária e excepcional, pelas condições de extremo abandono material e espiritual da população. Como se escreveu então, são precisos homens de grande zelo e de grande capacidade de sacrificio para enfrentar uma situação materialmente muito difícil, mas os que se prestarem ao empreendimento estarão certos de encontrar uma população entusiasta e da mais aberta disponibilidade religiosa. É uma autêntica promessa

missionária, e um irmão já pôs seu nome no começo da lista: espera agora quem queira acompanhá-lo neste posto missionário de vanguarda.

O segundo setor que se quer assinalar é o Oriente Médio, porque várias razões locais solicitam a nossa atenção e presença: a explosiva situação política e social, o intrincado das religiões e das várias igrejas cristãs, a relativa facilidade de colaboração articulada em períodos de breve ou longa duração.

A fim de que a Inspetoria possa sustentar as suas múltiplas obras em países de complicadíssima variedade de línguas, religiões, costumes, governos, etc., o Reitor-Mor lança um apelo para uma ajuda de pessoal, que é impossível ter por ora no lugar. Fá-lo com acentuado sentido de solidariedade aos irmãos para uma resposta de fraternidade missionária.

Esse interesse insere-se também no programa missionário que a Congregação entende realizar no continente africano. Várias obras estão diretamente interessadas, no Egito e na Etiópia, e as outras constituem uma espécie de ponte entre a nossa presença na Europa e na Ásia. Seria verdadeiramente doloroso romper a continuidade da nossa ação apostólica entre o Ocidente e o Oriente e além disso ir progressivamente diminuindo numa zona em que os católicos devem absolutamente manter as posições da Igreja. A Santa Sé está vivamente preocupada com a eventualidade de uma cedência, e insiste por que nós, como todos os demais religiosos, façamos todo o possível para resistir à tentação de abandono.

A Inspetoria do Oriente Médio é a única, entre todas as Inspetorias, que opera inteiramente nos territórios das Igrejas Orientais, católicas e não católicas; ela desenvolve uma atividade que se pode dizer única, com os seus oratórios e escolas profissionais, no mundo árabe-muçulmano.

Poucas instituições católicas estão hoje capacitadas a estabelecer uma ligação com essas populações como faz o Inspetor do Oriente Médio com as suas obras de promoção humana.

Há também outro aspecto a ser tomado em consideração: o de valorizar a nossa Casa de Cremisan como centro de estudos particularmente privilegiado para a formação imediata ao sacerdócio e para a iniciação e aprofundamento bíblico.

4. Como se pode ver na 30.^a relação sobre o movimento geral da “Solidariedade Fraternal”, as quantias chegadas ao Reitor-Mor nestes dez anos e meio superam já a cifra de oitocentos milhões de liras. Um cordial “muito obrigado” às Inspetorias contribuintes em nome das Inspetorias beneficiadas.

3. DISPOSIÇÕES E NOTÍCIAS

Cf. 2.1. A respeito dos arts. 196 e 197 das Constituições

4. ATIVIDADES DO CONSELHO SUPERIOR

4.1 *Da Crônica do Reitor-Mor*

De 26 de setembro a 21 de outubro o Reitor-Mor fez uma visita de animação aos irmãos da Índia e da Birmânia, vendo também, antes de retornar, os da Tailândia.

Começando por Bombaim, e acompanhado pelo P. Pana-kezhm, passou pelas cinco inspetorias, animando os Conselhos inspetoriais, participando nas reuniões dos formadores, entretendo-se com as comunidades — de modo especial as de formação —, com os vários grupos da Família salesiana, visitando obras, dedicando no fim dois dias às reuniões da Conferência inspetorial da Índia, em Calcutá. Aí estavam presentes também o P. Dho e o P. Vecchi para os temas da formação e da pastoral juvenil.

Seguiu-se depois a brevíssima etapa birmanesa, centralizada em Rangoon, onde se haviam reunido os irmãos para examinar a difícil situação do trabalho apostólico e vocacional. A viagem do Reitor-Mor na Ásia concluiu-se com a visita de passagem a Bang-Kok, onde benzeu o novo noviciado e animou os jovens irmãos em formação.

4.2 *O Conselheiro para a Formação do pessoal salesiano*

No período de maio-outubro o Dicastério para a Formação trabalhou, de forma pessoal e em freqüentes reuniões de estudo, na preparação da *Ratio Institutionis et Studiorum*, da maneira a poder ser estudada, na sua primeira redação, pelo Conselho Superior na sessão de novembro-dezembro.

O Dicastério organizou ainda um Curso de Formação Permanente para formadores (outubro de 1979 — fevereiro de 1980).

De 22 a 24 de julho, o P. Dho participou, em Braga (Portugal), em alguns dias de estudo para novos diretores da Região Ibérica.

Entre 25 de setembro e a metade de outubro, o Conselheiro para a Formação acompanhou o Reitor-Mor na visita às Inspetorias da Índia.

Os pontos particulares de encontro, nessa visita, foram:

— Encontro com os diretores das três Inspetorias da Índia do Sul;

— Encontro de dois dias com todos os formadores da Índia, em Bangalore;

— Visita aos Estudantados de Yercaud, Sonada, Shillong e aos Noviciados de Kotagir e de Shillong.

Logo após visitou o Estudantado de Cremisan, encontrando-se brevemente com as outras três Comunidades de Belém, Beitgemal e Nazaré.

4.3 *O Conselheiro para a Pastoral Juvenil*

4.3.1 *Visitas e encontros*

O Conselheiro para a Pastoral Juvenil, P. João Vecchi, na primeira quinzena de setembro, tomou parte nas jornadas sobre o PROJETO EDUCATIVO SALESIANO HOJE, promovidas pela Conferência Ibérica. Essas jornadas realizaram-se em quatro sedes diversas (Santiago de Compostela, Alicante, Lisboa, Sevilha) para tornar possível a participação de todas as Inspetorias da Região. Estavam presentes Salesianos, Filhas de Maria Auxiliadora, Cooperadores, Voluntárias e Colaboradores leigos.

Participou na reunião da Conferência Ibérica, presidida pelo P. José Antonio Rico, a fim de esclarecer com as Inspetorias da Região o plano de animação pastoral e as linhas de trabalho. Havia sido preparado para tal fim um documento pela Comissão Nacional de Pastoral Juvenil sob orientações combinadas com o Dicastério.

No mês de outubro, juntamente com o Reitor-Mor e o Conselheiro para a Formação, reuniu-se com os Inspetores e com os Conselhos inspetoriais da Índia em Calcutá.

Reuniu depois em Madrasta os animadores pastorais das Inspetorias da Índia. O encontro durou quatro dias. Aprofundaram-se os temas que o Dicastério já havia apresentado à Congregação, através de subsídios e documentos, e estudaram-se as situações da área com relação a eles. Esses temas foram: Animação pastoral da Inspetoria, Sistema Preventivo hoje, Projeto educativo pastoral, Grupos e movimentos juvenis, Orientações e pastoral vocacional.

Da Índia transferiu-se para a Austrália, numa visita de dez dias, atendendo a um programa de encontros e contactos, preparado pela Inspetoria australiana.

Através dos membros do Dicastério e também, pessoalmente, do Conselheiro, prestou-se uma assistência particular a Inspetorias que a solicitaram, a respeito dos temas acima mencionados.

4.3.2 *Estudos e subsídios*

O Dicastério enviou às Inspetorias um dossiê com reflexões, experiências e documentos sobre *Grupos, Movimentos e Comunidades juvenis*, pedindo-lhes particular atenção sobre esse aspecto da nossa pastoral.

Continuou além disso o estudo sobre o *Projeto Educativo Pastoral*, com um segundo subsídio que indica áreas preferenciais de trabalho, objetivos e orientações. Este subsídio (outubro de 1979) sobre o conteúdo do Projeto completa o primeiro (dezembro de 1978) que dizia respeito a metodologias e dinâmica do mesmo Projeto.

4.3.3

O Dicastério e a Faculdade de Ciências da educação da UPS programaram para junho de 1980 um SEMINÁRIO de peritos que estudará alguns aspectos particularmente atuais e difíceis da práxis educativo-pastoral, á luz do Sistema

Preventivo e da situação atual dos jovens. O trabalho de estudo já começou. Pedir-se-á às Inspetorias uma contribuição em forma de reflexões, estudos, problemas, dificuldades e experiências.

No mês de novembro reuniu-se em Roma, na Casa Geral, a Comissão consultiva para as paróquias. Participaram 30 irmãos da área européia. O material será enviado às Inspetorias, com acréscimos e indicações do Dicastério.

4.4 O Conselheiro para a Família Salesiana

4.4.1 O Conselheiro, juntamente com alguns dos seus colaboradores, organizou um “*Simpósio sobre a animação da Família Salesiana*”, que se realizou na Villa Tuscolana — Frascati com a participação qualificada de Salesianos, Filhas de Maria Auxiliadora, Cooperadores, Ex-alunos, Voluntárias de Dom Bosco, de 1.º a 7 de setembro de 1979. Estavam presentes como observadores, representações das Salesianas Oblatas, das Irmãs da Caridade de Miyazaki e das Ex-alunas das FMA.

As relações foram apresentadas por:

Irmã Michelina Secco, pelas FMA,
Dr. Luís Sarcheletti, pelos Cooperadores,
Sr.ta Clara Bargi, pelas VDB,
Irmã Lina Teresa, pelas Salesianas Oblatas,
Irmã Gertrudes Yamanaka, pelas Irmãs da Caridade de Miyazaki,
Prof.ª Silvana Aloisi, pelas Ex-alunas das FMA,
Dr. Tommaso Natale, pelos Ex-alunos de Dom Bosco.

Do estudo das relações e das discussões surgiram orientações que serão publicadas juntamente com as relações.

O P. Raineri participou no Curso para diretores novos da Região Ibérica, em Cursos de Formação Permanente de várias Inspetorias, nas Jornadas da Família Salesiana na Sicília. Membros do Dicastério participaram em reuniões de delegados locais dos Cooperadores e dos Ex-alunos na Itália, nas reuniões sobre a Família Salesiana dos Diretores e dos

Delegados locais da Espanha, organizadas pelo Conselheiro Regional P. J. A. Rico.

Em preparação ao 4.º *Eurobosco*, que se dará em Lugano em setembro de 1981, e do pré-congresso dos Jovens Ex-alunos em Maroggia em julho-agosto de 1980, reuniram-se em Roma os Presidentes Nacionais dos Ex-alunos da Bélgica, França, Itália, Espanha, Irlanda, Áustria, Holanda, Malta.

4.4.2 O *Secretariado para a Comunicação Social* desenvolveu nestes meses intenso programa de atividades.

Em abril-maio o Delegado Central encontrou-se com os Inspectores e os Formadores no Brasil e na Argentina, examinando com eles perspectivas e problemas para a formação dos Salesianos na Comunicação Social. O P. Segneri encontrou-se também com os Diretores dos *Boletins Salesianos* do Brasil, Argentina e Uruguai, das Editoras Salesianas de São Paulo, de Buenos Aires e do Centro de Audiovisuais de Porto Alegre; em Belo Horizonte examinou e definiu com os responsáveis salesianos o projeto de Centro de produção de programas audiovisuais em vídeo-teipe.

No mês de agosto-setembro, uma equipe do Secretariado, com a colaboração dos irmãos Spiri e Saglia da SAF de Valdocco, filmou em Lourdes, Fátima e Roma cenas destinadas a um documentário de animação pastoral mariana.

Em outubro o P. Raineri e o P. Segneri encontraram-se em Frankfurt sobre o Meno com os Diretores das Editoras Salesianas SEI e LDC de Turim, EDB de Barcelona e Porto e o gerente da CCS de Madri, para preparar a reunião dos Editores Salesianos latino-americanos em Caracas.

De 19 a 23 de novembro realizou-se em Roma — Casa Geral a primeira reunião da Comissão Consultiva Mundial Salesiana para as Comunicações Sociais, com a presença do Reitor-Mor; participaram delegados salesianos das várias Inspetorias e um grupo qualificado de expertos; serão publicados logo os Atos.

Está-se fazendo agora a instalação orgânica da aparelhagem técnica audio-cine-televisiva, com vistas a Cursos formativos para SDB e FMA. Foi reeditado em tratamento

de viragem o filme “Dom Bosco”, disponível em edição italiana e inglesa, em formato 16 mm e super oito.

Além do serviço informativo ordinário, abriu-se a série de Cadernos ANS: “*O plano trienal do Secretariado para as Comunicações Sociais*”, uma monografia sobre a “Patagônia salesiana” e “*o Ideário para os Boletins Salesianos*”. O Centro de Documentação fotográfica e o Laboratório foto providenciaram a duplicação e impressão de fotos e dispositivos destinados aos serviços de Informação salesiana para os vários países.

O Secretariado tomou também parte ativa em encontros promovidos pela UNDA e pela OCIC em preparação dos Congressos Mundiais Católicos sobre Rádio-Televisão e Cinema, que se realizarão em Manila (Filipinas) no ano 1980.

4.5 *O Conselheiro para as Missões*

1. No mês de agosto o Conselheiro para as Missões acompanhou os primeiros dois irmãos destinados à Libéria para trabalhar naquela nação e ficou com eles até à tomada de posse da paróquia de S. José na capital Monrovia.

Passando por Dakar, capital do Senegal, tomou informações atinentes a uma possível presença salesiana na cidade de Saint Louis, onde nos é oferecida a direção de uma escola técnica.

2. Nos meses de agosto, setembro e outubro visitou as três Procuradorias missionárias de Madri, Bonn e New Rochelle. Nessa última cidade teve também um encontro com o Conselho Inspecional.

3. Nestes últimos meses teve também importantes encontros com os Conselhos inspetoriais da Inspeção Sícula, Lombardo-Emiliana e Central, para tratar de empenhos concretos de atividade missionária propostos a essas Inspeções, e entre eles os da “Nova Fronteira Africana”.

4. No mês de outubro fez a Visita Canônica Extraordinária à Prelazia dos Mixes, enquanto o Superior Regional fazia a visita extraordinária a outras obras na mesma Inspeção do México.

5. Por seu encargo, o P. Harry Rasmussen, que acompanha as novas atividades missionárias na África, fez uma visita às dioceses de Ambanja e Tulear, em Madagáscar, e de Meru e Kisumu, no Quênia, para examinar a possibilidade da presença salesiana.

4.6 *Região de língua inglesa*

O Conselheiro para a região de língua inglesa, P. Jorge Williams, durante os meses de agosto e setembro, fez a visita extraordinária à Inspetoria de Oakleigh, na Austrália. Terminada a visita, foi às ilhas Fiji, no Pacífico austral, onde manteve encontros com o Primeiro Ministro e o Arcebispo de Suva, a fim de estudar se existem condições para atender a um convite que nos feito tanto por parte do governo como do arcebispo, de abrir uma escola de artes e ofícios em benefício da juventude fijiana.

De Fiji passou à Samoa Ocidental, hóspede do Cardeal Pio Taofinu'u, em cuja diocese a Inspetoria da Austrália aceitou a responsabilidade de uma presença salesiana.

Após a visita a Samoa manteve breve encontro com diversas comunidades da Inspetoria de São Francisco nos Estados Unidos e no Canadá, e presidiu uma reunião do Conselho inspetorial, para tratar problemas de interesse local.

Na inspetoria de New Rochele visitou primeiramente as comunidades de Toronto e Montreal no Canadá, e depois promoveu para o mesmo fim uma reunião com o Conselho inspetorial.

Dos Estados Unidos passou a Dublin a fim de organizar com o Inspetor o programa da visita do Reitor-Mor à África do Sul e a Suazilândia, em fevereiro de 1980. Esteve depois na Inspetoria de Oxford, Inglaterra, para a consulta relativa à nomeação do novo inspetor, e, por fim, em Malta.

4.7 *Região Ásia*

O Conselheiro para a Região Ásia, P. Tomás Panakezham fez a consulta para o novo inspetor de Bang-Kok em fins de julho.

Agosto e setembro foram empregados na visita extraordinária à Inspeção das Filipinas.

Depois acompanhou o Reitor-Mor na sua visita à Índia, Birmânia e Tailândia, visita da qual se faz breve alusão na "Crônica" do Reitor-Mor.

4.8 *Região Atlântico*

De 2 a 4 de agosto, em Campos do Jordão (Inspeção de São Paulo), o Conselheiro Regional P. Walter Bini presidiu a reunião da Conferência das Inspeções Salesianas do Brasil.

Em seguida, depois de breve visita ao Curso de Formação Permanente, em Barbacena, ocupou as três últimas semanas do mês de agosto numa tomada de contacto com todas as comunidades da Inspeção de São Domingos Sávio, de Manaus, para apresentar aos irmãos a consulta para o novo Inspetor.

De 10 de setembro a 20 de outubro fez a Visita canônica extraordinária, em nome do Reitor-Mor, à Inspeção de Porto Alegre.

Durante a visita, de 7 a 9 de setembro, foi a Montevideu (Uruguai), para presidir a reunião da Conferência inspetorial argentina.

No fim de setembro participou no Congresso Inspetorial sobre o Sistema Preventivo da Inspeção de Porto Alegre; no fim de outubro, ao Encontro brasileiro de Pastoral Juvenil, promovido pela Conferência das Inspeções Salesianas do Brasil.

4.9 *Região Europa-África Central*

O P. Roger Vanseveren participou na Semana Salesiana, que se realizou em Francheville, para os irmãos das três Inspeções de língua francesa, após um ano de preparação.

Visitou em seguida as duas Inspeções da Bélgica, onde tomou parte no conselho inspetorial da Bélgica Sul.

Passou depois à Holanda, fazendo breve visita a todas as casas da Inspeção e participando também no conselho inspetorial.

Após haver presidido em Colônia a Conferência das três Inspeções de língua alemã, dirigiu-se à Jugoslávia, para a visita extraordinária à Inspeção de Ljubljana, passando pela Inspeção de Zagreb, onde se encontrou com irmãos e jovens das casas de formação.

4.10 *Região Ibérica*

As atividades do Conselheiro para a Região Ibérica durante os meses de agosto-outubro, foram as seguintes:

— Um curso para os neo-diretores, uns quarenta, que durou quinze dias, e no qual tomaram parte o P. Dho e o P. Raineri. Celebrou-se em Braga, Portugal.

— Dois cursos de Exercícios Espirituais, um para SDB de Bilbao e outro para as VDB da Espanha.

— “Três dias sobre o Sistema educativo de Dom Bosco”, preparado pela Comissão Nacional de PJ, e realizado em três lugares da Espanha e em Lisboa, para os SDB, as FMA, VDB, CCSS, Ex-alunos e Professores externos das nossas Casas. Tomaram parte mais de 800. O P. Vecchi fez em todos esses “Três Dias” a primeira Relação.

— “Dois dias para a animação da Família Salesiana” organizado de acordo com o P. Raineri e os Delegados Nacionais para os CCSS e para os Ex-alunos. Era destinado a todos os Diretores das Casas e aos Delegados. Tomaram parte mais de 300 irmãos. Também esse pequeno curso realizou-se em quatro lugares.

— Reunião da Conferência Inspetorial, com um encontro de diálogo e reflexão com a Comissão Nacional de PJ, e com a presença do P. Vecchi. Estudou-se a condição juvenil na Região, a fim de estabelecer linhas de ação pastoral para os anos imediatos.

— Visitou o curso de Formação Permanente que se realiza regularmente em Campello.

— Reuniu-se com diversos Conselhos Inspetoriais para um melhor conhecimento da situação salesiana, passando a visitar muitas Comunidades Formadoras das diversas Inspetorias.

— No mês de agosto procurou repousar alguns dias na Casa dos Noviços de Portugal, Arouca. Assim viveu com os noviços doze dias, na sua preparação imediata para a profissão religiosa.

4.11 *Região Pacífico-Caribe*

Trabalho principal desse último período na Região Pacífico-Caribe foram as visitas canônicas das Inspetorias de Medellin, na Colômbia, e da do Sul do México.

Após haver participado brevemente no curso de Formação Permanente que tinha lugar em Jarabacoa, na República Dominicana, o P. Cuevas visitou durante alguns dias o Centro Inspetorial de Guadalajara, no México, tomando contato com o Conselho Inspetorial e com a Comissão para a Formação a fim de seguir mais de perto a execução das orientações que haviam sido o resultado da visita canônica daquela Inspetoria. Visitou ainda as casas de formação de Chapalita e de San Pedro de Tlaquepaque.

Concluída a visita a Medellin, continuou a viagem para Quito, no Equador, e tomou parte nas reuniões do Conselho Inspetorial, enquanto iniciava o seu ministério de animação o novo Inspetor dos Salesianos no Equador.

Após breve contato com os superiores de Lima, continuou a viagem a Santiago, Chile, onde manteve reuniões com o Conselho Inspetorial, a Comissão de Formação e com os diversos grupos de jovens da Casa de Formação de Lo Cañas, em Santiago.

— Antes de voltar a Roma, presidiu o encontro com os Inspetores da Região, em Caracas, Venezuela, e com eles tomou parte num seminário regional sobre o projeto educativo pastoral salesiano, na mesma cidade.

4.12 *Região Itália-Oriente Médio*

O P. Paulo Natali visitou as comunidades da Inspetoria Adriática e boa parte das Comunidades da Inspetoria Meridional.

Participou nos Exercícios Espirituais dos Inspetores em Campiglioni (Florença), na reunião dos Inspetores Salesianos da Itália (com aprovação do Regulamento) e em duas reuniões dos Delegados Nacionais dos Setores CISI.

Além disso esteve presente, a convite de algumas Inspetorias, em várias atividades pastorais, bem como aos Cursos de Formação Permanente.

5. DOCUMENTOS E NOTÍCIAS

5.1 *Carta da Índia, do Reitor-Mor*

Madrastra, 4 de outubro de 1979

Caro Inspetor,

Uma saudação e um pensamento para ti e para cada um dos irmãos da tua Inspetoria. Escrevo-te da Índia com um turbilhão de reflexões. Em meio a essas legiões tão tão compactas de meninos e de jovens, penso no significado histórico da nossa vocação e no projeto-homem por ser forjado a caminho para o ano 2000.

Escrever-te da Índia não é como se o fizesse de Múni-que, de São Francisco ou de Bogotá. Apenas subido no avião para Bombaim, li a entrevista de uma corajosa jornalista italiana com Khoumeni: tornava-se claro que eu voava rumo a zonas de cultura totalmente diversa da ocidental.

Percebo aqui com demonstração cotidiana e multitudi-nária que a religião é elemento radical no coração da civi-lização: aqui não se saberia imaginar um projeto-homem sem ter em conta a proposta religiosa. Sem religião o homem dessas terras ficaria letalmente esvaziado de si próprio. Mas por outra parte mostra-se evidente, e também assustador, que não basta uma religião qualquer para pro-jetar o homem novo na sua integridade: há entre as religiões também o ópio; e hoje se morre de droga.

Pois bem: pensei, e volto outras vezes a pensar, que Dom Bosco, na aurora desta nossa era contemporânea, cultivava a profunda convicção que sem a fé cristã não se prepara o novo cidadão para a sociedade do futuro. Sem o Evangelho de Cristo, libertador do homem, não é mais possí-

vel uma verdadeira novidade humana. Toda a nossa vocação, da mística das origens até à inventiva e à programação dos empenhos, dirige-se ao homem na sua dimensão religiosa, redimida por Cristo. E seremos úteis, criativos e atuais num projeto educativo de futuro se soubermos fazer tornar-se incandescente em nós a fé cristã, cultivando intensa espiritualidade religiosa, ascética e mística. Sim, justamente assim!

Eis o que se está esculpindo em caracteres garrafais na minha consciência aqui na Índia: o materialismo do Ocidente, nas suas variadas expressões culturais, torna impossível um novo projeto-homem, porque polui as raízes da ética e do espírito; as religiões do Oriente, nas suas diversas formas, parecem mutilar e descuidar o projeto-homem, porque frustram a sua promoção temporal. Se quisermos concorrer para renovar o homem do ano 2000, devemos ser claramente portadores com Cristo do seu Espírito na evangelização e na promoção. Viva o Papa João Paulo II, que nos lançou na órbita da virada antropológica; e vivam as Constituições, que exigem sejamos santos com a sabedoria realista de Dom Bosco.

Saudações fraternas dos irmãos das 5 Inspetorias da Índia, que formam todos os anos mais de 100 noviços (este ano são 121), e que se preparam para enviar numerosos missionários a outros Países e Continentes. Maria Auxiliadora alcance para ti e para os teus luz e coragem!

Cordialmente no Senhor,

P. EGÍDIO VIGANÓ

5.2 *O Reitor-Mor às Voluntárias de Dom Bosco*

Com íntima alegria, dirijo esta carta, prezada senhorita Ana Marocco, Responsável Maior, à senhora, ao Conselho Central do Instituto e a todas as caríssimas Voluntárias de Dom Bosco, por ocasião do 60.º aniversário da primeira profissão das sete zeladoras que deram início à vossa original consagração salesiana no século. Agradeço vivamente, Sr.ta Ana, a gentileza do convite. Era uma aspiração que há

muito alimentava; mas seu convite, sugerindo concretamente comentar um acontecimento histórico, induziu-me melhor e mais eficazmente a fazê-lo.

Razão da minha carta é a minha humilde colaboração para assegurar ao vosso Instituto uma vitalidade sempre maior, segundo sua índole própria, no seio da Família Salesiana de Dom Bosco. Tomo muito a peito e terei sempre como um dever a tarefa traçada no art. 59 de vossas Constituições renovadas. Ela reconhece no Reitor-Mor, qual sucessor de Dom Bosco, aquele que é chamado a:

— ser centro de comunhão com toda a Família Salesiana art. 60), da qual vosso Instituto é parte viva (cf. art. 5);

— zelar pela fidelidade ao espírito de Dom Bosco e à sua mensagem evangélica (cf. arts. 1, 3, 34, 35) e promover a unidade (cf. art. 59);

— incrementar o empenho para a missão indicada a Dom Bosco pela Igreja (cf. arts. 33, 49, 59);

— garantir e aprofundar a natureza própria do Instituto (cf. art. 59) num cordial entendimento com os órgãos responsáveis por ele;

— assegurar a assistência espiritual em todos os níveis (cf. art. 60).

É em vista desse ministério que me demorarei em comentar convosco o significativo acontecimento das primeiras consagrações, também para aprofundar um diálogo já iniciado entre nós, mas susceptível de intensificação e incremento.

60 anos de consagração

Há, exatamente, 60 anos, no dia 26 de outubro de 1919, na capelinha ao lado das “camerette” (quartos) de Dom Bosco, na presença do Card. João Cagliero, do P. Filipe Rinaldi (diretor do grupo) e da representante das Filhas de Maria Auxiliadora, teve lugar a primeira profissão dos conselhos evangélicos por parte das sete Zeladoras, que iniciavam, em forma associativa, uma nova experiência de consagração salesiana.

No discurso, proferido logo após a histórica função, o Card. Cagliero salientava, como aspecto fortemente simbólico, ter a nova instituição “a grande felicidade de nascer num lugar sagrado para Dom Bosco, onde ele mesmo recebera os primeiros santos votos e as primeiras promessas — sessenta anos antes (...) e aí estava também Cagliero!” — daqueles que tinham dado vida e desenvolvimento à grande Obra Salesiana”. Acenando a essa feliz coincidência, qualificava-a, profeticamente, como “sinal de predestinação”: “As Filhas de Maria Auxiliadora tiveram seu berço em Mornese, onde Me. Maria Mazzarello morava e onde pronunciou os votos. Vós deveis dar importância a este sinal de especialíssima predestinação”. (Conferências espirituais do P. Rinaldi, 1917-1928, Cadernos Carpanera, pág. 83).

Pode ser ainda particular interessante, para nós que celebramos um 60.º aniversário, notar que a primeira consagração das sete zeladoras ocorria justo à distância de 60 anos do início da Congregação dos Salesianos de Dom Bosco: com efeito, o querido Pai “declarou explicitamente seu propósito de formar uma Congregação religiosa” em dezembro de 1859 (Ceria, *Annali* I, pág. 29-33).

Por conseguinte: a primeira consagração do grupo inicial de zeladoras salesianas no mundo ocorreu no mesmo lugar em que teve origem a Congregação religiosa dos Salesianos; a vossa consagração nasceu como participação viva e original na vigorosa árvore carismática de Dom Bosco.

No discurso supracitado, o Card. Cagliero afirmou também que desde aquele momento desabrochava “novo rebento” na árvore salesiana: “portanto... é necessário que o Superior, o sr. P. Albera (2.º sucessor de Dom Bosco), se ocupe de vós, tome *este novo rebento*, este primeiro grupo, sob sua proteção; para isto já falei com ele esta manhã” (QC pág. 84).

É indispensável e essencial, segundo meu parecer, que saibais examinar e aprofundar o sentido permanente e vital deste acontecimento. A índole própria de cada Instituto de origem carismática e, portanto, também do vosso, não provém de esquemas ideológicos ou de cânones pré-estabelecidos, mas de uma experiência concreta e peculiar de vida vivida no Espírito Santo. Di-lo claramente o documento

“Mutuae Relationes”: esta índole própria “revela-se como uma experiência do Espírito, a fim de ser vivida, conservada, aprofundada e constantemente desenvolvida em sintonia com o Corpo de Cristo em perene crescimento...; comporta um estilo peculiar de santificação e de apostolado, que estabelece uma determinada tradição própria, a tal ponto que se podem convenientemente colher seus elementos objetivos” (MR 11).

Há, portanto, todo um substrato histórico de “experiência”, de “transmissão”, de “vigilância”, de “aprofundamento e desenvolvimento”, isto é, de uma “tradição” viva que deve ser atentamente examinada para colher a identidade e a vitalidade de um Instituto carismático. Por isto pode ser muito importante refletir, aqui convosco, sobre a ocorrência da primeira consagração de 1919.

O selo do Espírito Santo

A consagração não é, em primeiro lugar, uma ação do próprio consagrado, mas de Deus, do Espírito de Cristo, que anima a Igreja; o consagrado responde, oferece-se, dá-se. Isto aparece claramente na consagração sacramental do Batismo, da Crisma e da Ordem: a iniciativa parte de Deus; é Ele quem “unge com o óleo de alegria” do Espírito Santo, marcando ou assinalando com seu sinal espiritual, cheio de eficácia de salvação, o “consagrado” ou o “ungido”, a imagem do “Cristo” (= ungido ou consagrado).

Na consagração realizada pela profissão dos conselhos evangélicos dá-se algo de análogo. Nela radicaliza-se a pré-existente consagração dos Sacramentos, orientando de forma totalizante o “professo” para ser “sinal e portador” no Povo de Deus de um aspecto peculiar do mistério de Cristo.

Este selo do Espírito Santo vem pelo dom de um determinado carisma e pelo crescimento até à resposta pessoal dos chamados na oferta de si mesmo pela profissão dos votos. Nas origens iniciais de cada grupo carismático tudo isto precisa, é claro, de uma explícita dimensão eclesial de aprovação jerárquica e de mediação litúrgica, que dê àquele carisma seu sentido autêntico de participação na sacramen-

talidade da Igreja; mas se nesses inícios se trata realmente de um carisma autêntico do Espírito Santo, nele já existe, em gestação, o embrião vivo do futuro Instituto, mesmo antes de seu reconhecimento pela Igreja.

Ora, naquela primeira profissão de votos das sete zeladoras, vemos o início histórico da “experiência espiritual do vosso grupo de consagradas no mundo. Ali o selo do Espírito Santo colocou os elementos vitais de todo desenvolvimento posterior: o crescimento homogêneo que se seguir poderá permitir importantes novidades, em diálogo com os sinais dos tempos e “em sintonia com o Corpo de Cristo” (MR 11), que cresce continuamente na história, mas que já já tem em si mesmo a identidade vital de toda a sua existência.

Perguntemo-nos, agora, com objetividade histórica, em que consiste a identidade vital. A resposta não é difícil: a este propósito tendes um precioso tesouro nas “Conferências do P. Filipe Rinaldi ao primeiro grupo de “Zeladoras de Maria Auxiliadora da Sociedade de S. Francisco de Sales” no século, reunidas com fiel diligência pela secretária, Sr.ta Luigina Carpanera.

Trata-se de uma encarnação incomum do espírito de Dom Bosco no século: um modo novo de manifestar aquele selo do Espírito que era já testemunhado pelo carisma de Dom Bosco; um rebento original e audaz, cuja seiva vivificante procede de uma raiz já existente, isto é, uma experiência espiritual corajosa, que se caracteriza pelos valores salesianos lançados no sulco da história por Dom Bosco. Não é à toa que vosso nome definitivo será o de “Voluntárias de Dom Bosco”.

A iniciativa consagrante do Espírito Santo estabeleceu, como pode ser constatado objetivamente em vossa tradição, os conteúdos desta primeira consagração. Eles são as grandes linhas evangélicas impressas pelo “Alto” na “salesianidade” de Dom Bosco, vividas pelas novas professoras em íntima simbiose com os valores próprios e as exigências existenciais da vida no século: uma vocação, um espírito, uma missão, um estilo apostólico, re-examinados, conciliados e testemunhados na escolha explícita e permanente da vida no mundo.

Tanto a iniciativa divina do Espírito Santo, quanto a resposta humana da profissão dos conselhos evangélicos convergem para determinar um tipo novo de “unção”, isto é, uma “consagração no século”, que é uma verdadeira novidade na Família Salesiana e constitui o início vital e a alma permanente desta vossa original realidade associativa.

A consagração é a força intrínseca que vos leva a viver com doação indivisa a fé cristã segundo um projeto evangélico formulado na escola de Dom Bosco, para serdes sinais e portadoras de um aspecto particular do amor de Cristo à humanidade. A escolha de “vida no século” é um elemento peculiar que penetra todo este vosso projeto evangélico, sem mudar a identidade salesiana mesmo que a transforme nas modalidades, típicas em vós, de testemunho e de ação.

A “salesianidade”, portanto, não é um acréscimo à vossa consagração, mas a própria substância que a constitui e faz viver.

Uma longa caminhada de identificação

Aquele 26 de outubro de 1919 trazia consigo coisas claras e outras menos claras.

Os tempos não estavam ainda maduros. Não se sabia distinguir ainda entre “vida consagrada” e “vida religiosa”, não se conheciam os “Institutos seculares”; ainda não se tinha a atual visão positiva do mundo; não se havia chegado à formulação do “caráter secular” como próprio e peculiar dos leigos; nem se havia aprofundado a eclesiologia do Povo de Deus, como seria proposta pelo Vaticano II. Clara era a consagração salesiana pelos conselhos evangélicos, clara a escolha de vida no mundo. Não era, porém, clara a qualificação do grupo: tratava-se de Filhas de Maria Auxiliadora no mundo, com inspiração em Constituições religiosas? ou de Cooperadoras salesianas com votos individuais, orientadas pelo Regulamento de Dom Bosco para os Cooperadores?

Durante anos caminhou-se um pouco num sentido, um pouco noutro, até aparecer em 1947, depois da segunda guerra mundial, a preciosa constituição apostólica “Provida Mater” do Papa Pio XII.

As próprias mudanças de nome do grupo indicava certa instabilidade na busca de uma definição precisa da forma de vida: primeiro, o grupo denominava-se “Zeladoras de Maria Auxiliadora” no mundo, e depois “Cooperadoras oblatas de S. João Bosco”. Na mudança nota-se um progresso: de “religiosas” no século passa-se a “Leigas” (Cooperadoras) oblatas.

O processo de busca demonstrou que à primeira consagração estava inerente um “modo próprio” de ser sinal e portador do amor de Cristo no mundo, segundo o espírito de Dom Bosco; experimentava-se vitalmente que esse modo próprio inseria-se no século para viver e manifestar o carisma salesiano de forma ainda não conhecida; procurava-se uma qualificação apropriada que, certamente, não estava nem na vida religiosa nem simplesmente na condição laical. Com efeito este vosso modo próprio de ser na Família Salesiana diferencia-se das Filhas de Maria Auxiliadora pela “secularidade” e das Cooperadoras pela “consagração”.

Êreis, em nossa Família, um rebento verdadeiramente especial, mesmo que nela houvesse clima, húmus favorável e inclinação para fazer crescer esta vossa novidade! Com efeito, todo o carisma de Dom Bosco, com acentuado empenho criativo na evangelização, é voltado radicalmente para um tipo muito corajoso de diálogo da Igreja com o mundo: evangeliza educando e educa evangelizando; abre-se à promoção humana, situando-se com audácia na área cultural em favor da juventude e das classes populares. Devemos, sem dúvida, reconhecer em Dom Bosco uma mentalidade e uma eclesiologia adaptada à sua época, mas sendo ele fortemente possuído pelo Espírito e sentindo-se portador de um importante carisma de fundação, era profeticamente precursor dos tempos e visava realizar e orientar seu vasto movimento espiritual para as novidades desejadas pelo Senhor da história. Doutro lado, na própria espiritualidade de S. Francisco de Sales havia uma clara redescoberta da santidade no mundo (cf. Filotéia).

O P. Rinaldi, também ele cheio do Espírito Santo, ao formar com muito zelo aquelas jovens oratorianas, escolhidas entre muitas outras, para a consagração no mundo, entendia “realizar a obra que Dom Bosco deixara incom-

pleta”. Ele exprime esta sua convicção desde a primeira conferência de 20 de maio de 1919: “Há muito os Superiores vêm recebendo insistentes pedidos para que se constitua uma sociedade de Filhas de Maria Auxiliadora no século... Os Superiores sempre acolheram com prazer esse desejo, ainda mais que ele estava na mente e no programa do venerável Dom Bosco. Na relação que fazia de sua obra, falava claramente de duas classes distintas de pessoas observando uma mesma regra: uma formando comunidade, outra vivendo no mundo, para aí promover o espírito da Congregação, na explicitação prática da ação” (QC pág. 3-4).

Nem Dom Bosco, nem o P. Rinaldi, falando em “Salesianos externos” podiam ter a idéia concreta dos atuais Institutos Seculares; aquilo que eles exprimem e procuram explicar não pode ser simplesmente identificado com este novo tipo secular de consagração na Igreja, mas certamente manifesta uma abertura e uma busca que chegam quase naturalmente a essa meta.

Doutro lado é claro que a estruturação definitiva de vossa associação em “Instituto Secular” não pode ser considerada como fundação vossa; existíeis antes da Constituição Apostólica “Provida Mater”; o carisma de vossa consagração especial já vivia desde decênios. Vossa fundação não coincide com a ata de nascimento dos Institutos seculares na Igreja, mas precede-a historicamente, ainda que seja por ela enriquecida e elevada. E isto também para outros institutos seculares; uma coisa é o nascimento oficial na Igreja deste novo e singular tipo de vida consagrada, autenticada pelo reconhecimento e pelas disposições da sagrada Jerarquia, outra é a fundação de cada um dos Institutos, por iniciativa do Espírito Santo, por meio de “insignes homens e mulheres”.

O nascimento eclesial dos “Institutos Seculares” trouxe decerto para vós uma profunda clarificação, um forte impulso de crescimento e uma urgência renovadora de revisão à luz da eclesiologia conciliar. Afirma-o Motu Proprio “Primo feliciter”: “As associações que, de certo modo, possuem todos os elementos e as exigências prescritas pela Constituição Apostólica Provida Mater não devem nem podem ser deixadas arbitrariamente, por qualquer pretexto,

entre as associações comuns de fiéis (cc 684-725), mas *devem necessariamente ser levadas e elevadas* à natureza e à forma própria dos Institutos seculares, que melhor corresponde ao seu caráter e às suas necessidades” (PF 1). É o que prescreve a própria “Provida Mater” no número 9 (DT I, pág. 44).

Haverá, portanto, na história de muitos Institutos Seculares dois momentos-chave para sua identificação :

1. A “*fundação*”, à qual será necessário retornar como fonte carismática, para determinar os aspectos peculiares de sua índole própria;

2. A “*elevação*” eclesial à secularidade consagrada, à qual será necessário olhar como a ponto indispensável de referência para qualificar e viver a natureza e a forma de sua identidade.

Para vós, o caminho percorrido desde a “fundação” com o P. Rinaldi, até à “elevação a Instituto secular de Direito Pontifício foi longo : seis decênios, durante os quais passastes de piedosa Associação laical particular a Associação laical pública e, depois do relançamento e maior afirmação, a partir de 6 de janeiro de 1956, sob o reitorado do P. Renato Ziggotti, pela ação dinâmica do P. Luís Rícceri e de seus colaboradores, chegastes finalmente ao reconhecimento de Instituto secular diocesano e por fim ao grau de Instituto secular de Direito Pontifício com Decreto da S. Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares, a 5 de agosto de 1978 : o Papa Paulo VI aprovava anteriormente esta elevação, pondo sua assinatura, como podeis ver no livrinho das Constituições e Regulamentos, aos 26 de julho de 1978.

Deste modo vossa plena identificação alcançou sua meta. Ela está alicerçada seja na riqueza carismática da fundação, seja no processo de evolução eclesial, obra também ele do Espírito do Senhor, que se verificou alguns lustros antes do Vaticano II com a “Provida Mater”, cresceu durante o Concílio e, depois do Concílio, foi sempre mais se esclarecendo. Esse processo, longo e complexo, não está, porém, acabado, ainda que esteja substancialmente amadurecido. Ele exige ainda hoje a reflexão dos competentes e poderá crescer em clareza, mas já de uma fisionomia bem definida à vossa índole própria.

Convém, aqui, sublinhar que a evolução eclesial e doutrinal que levou à realidade dos Institutos seculares constitui uma verdadeira “elevação qualitativa” porque toca intimamente os diversos elementos constitutivos da vossa vocação salesiana e nela infunde ou esboça uma fisionomia peculiar.

Com razão apresentara Pio XII a originalidade dos Institutos seculares como um dom, uma “graça grande e especial” do Espírito Santo à Igreja atual (cf. PF, introd., DT, I, pág. 57: pode-se, portanto, falar do “carisma” dos Institutos seculares no Povo de Deus).

Paulo VI, ao comemorar o 25.º aniversário da “Provida Mater”, pôde afirmar que “esse documento foi um acontecimento importantíssimo para a vida da Igreja de hoje” (Discurso de 2.02.1972; DT I, pág. 81).

Em conclusão: a elevação “à natureza e à forma própria dos Institutos seculares” constitui uma grande novidade que perpassa toda vossa realidade fundacional, atingindo de dentro seus vários componentes e projetando para o vosso Instituto “o início de um novo impulso para o futuro” (Paulo VI, DT, I, pág. 82).

Secularidade consagrada

O elemento que está na base dessa novidade é a dimensão secular de vossa consagração: à sua luz os conselhos evangélicos adquirem verdadeiramente novo significado.

Para melhor compreender isto é necessário considerar uma das linhas “mais importantes e mais claras do Concílio: a presença da Igreja no mundo” (Paulo VI). É a Constituição pastoral “Gaudium et Spes” toda que ilumina esta grande linha de renovação: “A Igreja tem consciência que está no mundo, que ‘caminha juntamente com a humanidade inteira e experimenta com o mundo a mesma sorte terrena e é como que o fermento e a alma da sociedade humana’ (GS 40); ela, portanto, tem uma autêntica dimensão secular, inerente à sua íntima natureza e missão, cuja raiz aprofunda no mistério do Verbo Encarnado e se realiza em formas diferentes pelos seus membros” (Paulo VI, 2.02.72).

Antes mesmo da “Gaudium et Spes”, na constituição dogmática “Lumen Gentium”, tinha havido uma verdadeira reviravolta da qualificação dos “Leigos” no Povo de Deus. Em lugar de seguir a terminologia eclesiástico-canônica em uso (deduzida da diferença de consagração sacramental do “Leigo” em relação ao “Ordenado”, nas estruturas da Igreja) preferiu-se *uma descrição tipológica* do “Leigo”, deduzindo-a de sua situação existencial no mundo; nesta visão “a índole secular caracteriza especialmente os leigos: eles vivem no século;... lá são chamados por Deus para que contribuam de dentro a modo de fermento, para a santificação do mundo;... a eles cabe de maneira especial iluminar e ordenar todas as realidades temporais... segundo Cristo” (LG 31).

Em força dessa descrição tipológica, a “Lumen Gentium” põe em relevo uma real distinção eclesiológica entre “Leigo” e “Religioso”; trata-se de diferença existencial inerente à sua própria forma de vida e de empenho no Povo de Deus. Teria sido mais oportuno não usar o termo “leigo”, “laical”, segundo o sentido anteriormente usado. Infelizmente não foi assim. (cf. por ex., o decreto PC, que usa o qualificativo de “Instituto laical” para indicar Congregações Religiosas não clericais). Continua, portanto, e circula uma perigosa ambiguidade ainda hoje no uso do termo “leigo” na Igreja: às vezes, inclui o conceito de “secularidade”; outras, prescinde da secularidade para indicar a “não-ordenação”.

Em todo caso, a “Lumen Gentium” lançou um sentido mais positivo e mais aderente à elaboração histórica, esclarecendo e aprofundando amplamente o caráter secular próprio do leigo. Neste sentido tornaram-se sempre mais enriquecedoras as orientações pós-conciliares do Magistério como, por ex., a exortação “Evangelii Nuntiandi”, n.º 70.

Vale recordar a primeira encíclica de João Paulo II, “Redemptor hominis”, que abre o horizonte para uma corajosa antropologia evangélica na qual Cristo e a sua Igreja aparecem intimamente ligados com a dimensão individual do futuro do homem.

É sobre a plataforma secular que se insere e é projetada na história a vossa consagração.

Vós, Voluntárias de Dom Bosco, não vos colocais na Igreja na vertente “religiosa”; não sois “religiosas”, nem vos

colocais do lado da forma de vida das Filhas de Maria Auxiliadora. O vosso justo lugar é na vertente “laical”; sois “leigas” e, nisto, ficais mais do lado das Cooperadoras Salesianas.

“Sim, diria Paulo VI, continuai leigas, empenhadas nos valores seculares próprios e peculiares do laicato, mas a vossa é uma secularidade consagrada” (DT, II, pág. 86).

E, nesta particular forma de vida secular, está a condição que vos é própria, que vos distingue dos leigos também (e portanto também das Cooperadoras Salesianas) : é a consagração pela profissão dos conselhos evangélicos. Não é de somenos importância ou uma realidade superficial; não é um elemento estranho artificialmente enxertado pela vertente religiosa na vertente laical; ao contrário, esta consagração constitui a alma da vossa secularidade e a substância de vossa vocação.

Estais empenhadas, como os leigos, nos valores do mundo, mas porque e enquanto “consagradas”. Não só viveis no século como situação de fato, mas optastes fundamentalmente, isto é, escolhestes, por vocação recebida do Espírito Santo, assumir a secularidade como uma missão evangélica e como uma função eclesial. Assim vossa secularidade difere de certo modo (porque mais consciente e mais globalmente objetiva) da secularidade dos simples leigos porque, ainda que empenhadas nos mesmos valores do mundo, quereis viver e trabalhar “não somente para afirmar a validade intrínseca das coisas humanas em si, mas para orientá-las explicitamente segundo as bem-aventuranças evangélicas” (Paulo VI — DT, II, pág. 87).

A secularidade, aqui, não é entendida no dualismo que opõe o Mundo à Igreja, nem mesmo como uma permissão de menor radicalidade; e, sim, como um grande valor da criatura susceptível de ser em si mesma permeada por Cristo até à radicalidade dos conselhos evangélicos. Os valores escatológicos de vossa consagração não opõem à “história dos séculos” a “vida da ressurreição”, mas proclamam a verdade muito especial do mistério de Cristo, no qual “a ressurreição não só não contradiz a encarnação, quanto lhe representa o complemento” (U. von Balthasar).

É a fascinante linha da “Redemptor hominis”, na qual o Cristo é apresentado como “Redentor do mundo! Nele se revelou, de um modo novo, de maneira admirável, aquela verdade fundamental referente à criação... Nele o mundo visível, criado por Deus para o homem — aquele mundo que, ao entrar nele o pecado, foi submetido à caducidade (Rom 8,20) — readquire novamente o vínculo originário com a própria fonte divina da Sabedoria e do Amor” (RH 8).

A vossa, portanto, é uma verdadeira “consagração” e uma verdadeira “secularidade”: uma consagração secular ou uma secularidade consagrada, vivida numa associação vital muito original. É vosso título especial, vosso distintivo, que vos diferencia dos religiosos e dos leigos (Paulo VI — DT, I, pág. 78).

A secularidade que vos distingue dos religiosos e a consagração que vos distingue dos leigos, não são duas coisas distintas, mas uma única realidade viva: são dois aspectos de uma unidade. Estes dois aspectos são coessenciais à vossa identidade e devem ser favorecidos e desenvolvidos em íntima harmonia. O despreço da secularidade prejudica a vossa consagração e a super-valorização da consagração pode desviar-vos de vossa missão no mundo. O segredo de vossa espiritualidade está em assegurar a unidade e em viver a harmonia destes dois aspectos. Paulo VI assegura que semelhante consagração secular constitui “a íntima e secreta estrutura de vosso ser e de vosso agir. Aqui está a vossa riqueza profunda e velada, que os homens em cujo meio viveis não sabem explicar e, muitas vezes, nem sequer podem suspeitar. A consagração batismal foi ulteriormente radicalizada, após uma aumentada exigência de amor, suscitada em vós pelo Espírito Santo, não como a consagração própria dos religiosos, mas, apesar disso, de um modo que vos leva a uma opção fundamental para a vida, segundo as bem-aventuranças evangélicas. Sois assim realmente consagradas e estais realmente no mundo... Deste modo, de vossa vida consagrada também a vossa atividade no mundo — quer pessoal, quer coletiva... — recebe uma orientação mais evidente para Deus, ficando, de certo modo, ela também como que envolvida e transportada na vossa própria consagração” (Paulo VI — DT, I, pág. 88-89).

Tal é justamente o motivo por que dizia que a elevação de vossa Pia Associação a Instituto secular foi portadora, para o futuro, de uma forte novidade espiritual, que não se afasta e menos ainda se opõe ao carisma da fundação, mas lhe determina intimamente a natureza e a reforça numa forma de vida mais audazmente eclesial.

A vossa salesianidade

Aludindo ao selo do Espírito Santo que, há 60 anos, vos fazia nascer salesianas, dizia que sua unção espiritual vinha radicalizar a já presente consagração do Batismo e da Crisma; analogamente a aprovação de vossa secularidade não atinge nem troca a originária salesianidade do sigilo; antes clarifica-a, determina-a e lança-a para o futuro à luz do aprofundamento e da renovação conciliar das relações mútuas entre Igreja e Mundo.

Assim vossa secularidade consagrada não vem desviar ou diminuir vossa salesianidade, mas elevar sua realização de modo mais qualificado e mais claro no mundo. Constitui, portanto, para vós o apelo a uma fidelidade criativa que vos faça mergulhar sempre mais inteligentemente no carisma de Dom Bosco para uma sua presença mais genuína e eficaz na história. Vosso cartão de identidade é simultaneamente secular e salesiano; somente nesta integridade será a alma de vossa santificação, a energia primeira de vosso crescimento e de vosso porvir.

Nascestes e crescestes na Família espiritual de Dom Bosco. O carácter salesiano do Instituto não é nem pode ser considerado marginal, para que se possa exaurir numa simples declaração de princípios e de intenções, embora nobre e sincera. Nem pode representar um elemento extrínseco e quase acidental. Deve, ao contrário, como já vimos, ser considerado elemento constitutivo e vital.

A ulterior elevação a Instituto secular exige mais um retorno do que um afastamento da fundação salesiana, ainda que temporariamente, talvez por exigência de metodologia de crescimento, tenha podido dar certa ênfase à consideração das exigências específicas da secularidade.

Com efeito, o aspecto secular não é suficiente para determinar vossa índole própria, por duas constatações fáceis de se verificar: a primeira, é que havendo outros Institutos seculares, diferentes entre si, há necessidade de algum elemento carismático próprio e exclusivo, que proceda de outra fonte e sirva para os distinguir mutuamente entre si; o segundo é que a extensão da secularidade é, por si só, tão vasta e diversificada que admite partes e graus diversificados de assunção e de serviço em dependência das determinações de uma escolha de fundação. Não cabe ao Instituto secular fazer isso tudo. Cada um traz humildemente apenas seu grão de areia: isto é, cada um deve sentir-se com realismo um simples subsídio de complementariedade. Como há tantas Congregações diferentes na vida religiosa, do mesmo modo encontram-se na Igreja diferentes tipos de Institutos na secularidade consagrada.

Tal pluralismo, fruto da fecundidade do Espírito Santo, faz ver a exigência de uma precisão carismática em vossa índole própria. Ela é indispensável para delinear, autenticamente, a fisionomia de vossa identidade de consagradas seculares. É justamente nessa exigência que se descobre a indispensável necessidade e a importância para vós da salesianidade!

Com efeito, entre os Institutos seculares o vosso se distingue pela salesianidade: di-lo o próprio nome! Qualificai-vos, justamente, “perante a Igreja e o mundo como filhas espirituais de Dom Bosco e como testemunhas de seu carisma” (C. 49). O 1.º artigo de vossas Constituições renovadas afirma que constituiis “um Instituto secular que tende a realizar na Igreja uma missão particular segundo o espírito de S. João Bosco” e o artigo 4 acrescenta: “Na atuação desta missão acolhemos a mensagem espiritual de Dom Bosco, ao qual nos ligamos idealmente através do Servo de Deus P. Filipe Rinaldi e fazemos objeto preferencial de nossa ação apostólica os destinatários para os quais foi enviado Dom Bosco”, isto é, como explica o artigo 33: “os jovens, especialmente mais pobres, a classe popular, as vocações e as missões”.

Qual é, portanto, a área secular na qual vos situa, preferencialmente, esta vossa salesianidade?

O campo privilegiado em que se faz presente de modo característico o carisma salesiano no mundo é o da educação ou mais genericamente da cultura. Dom Bosco fez conscientemente essa escolha para toda sua Obra (Circular do P. Luís Rícceri: “Os Salesianos e a responsabilidade política”, ACS 284). A cultura não é aqui tomada em sentido iluminista de elite intelectual, de erudição, de exibicionismo, mas no sentido antropológico mais fundamental e comum, assinalado pela GS no Concílio (n.º 53-62) e que o Episcopado Latino-americano soube tão incisivamente descrever na 3.ª Assembléia de Puebla: “a cultura assim entendida abrange a totalidade da vida de um povo: o conjunto dos valores que o animam e dos desvalores que o enfraquecem e que, ao serem partilhados em comum por seus membros, os reúnem na base da mesma ‘consciência coletiva’ (EN 18). Além disso, a cultura compreende as formas através das quais esses valores ou desvalores se exprimem e configuram, isto é, os costumes, a língua, as instituições e estruturas de convivência social, quando não são impedidas ou reprimidas pela intervenção de outras culturas dominantes” (Puebla n.º 387).

É um campo de empenho este que requer uma preocupação antropológica e humanista que visa, com particular interesse, todo o sistema educativo da sociedade civil e que insere na parte mais frágil e mais susceptível de plágio: a juventude, mas, ao mesmo tempo, mais viva e dinâmica e mais aberta às perspectivas de futuro do homem no século.

Pensando ainda no grave drama, lamentado por Paulo VI, da atual dicotomia entre Evangelho e cultura (EN 20), descobre-se a urgência de uma presença autenticamente sábia e cristã nesta área cultural. Se considerardes, ainda, em particular vossa condição feminina e a aceleração que a história está imprimindo à promoção da mulher, encontrareis outro apelo de maior urgência para um empenho neste setor sócio-cultural.

Na área da cultural há muitos modos seculares de atuação. Antes de tudo muitas profissões e atividades laicais põem, por si mesmas, em condição de operar diretamente pelos destinatários da missão de Dom Bosco.

Mas mesmo que se desenvolvam atividades profissionais com influência apenas indireta, é sempre desejável procurar

algo mais para uma intervenção livre: o P. Rinaldi dizia às primeiras consagradas no século que “por mais ocupada que uma pessoa esteja, sempre sobra um pouco de energia; e esta deve ser sempre utilizada com uma direção e uma finalidade especial, conciliando-a com vosso estado. As Obras de Dom Bosco são tais que podeis fazê-las em qualquer lugar em que vos encontréis” (QC pág. 46-47). A Voluntária pode, portanto, inserir-se em atividades explicitamente referentes “às obras de Dom Bosco” ou colaborar, em estilo secular, nos empenhos de outros grupos da Família Salesiana; com efeito, é inerente à tradição já vivida, atuar louvavelmente, precisamente porque secular consagrada, como colaboradora e animadora dos ramos laicais do empenho salesiano no imenso campo da educação e da cultura.

Para realizar a missão salesiana, o Senhor desenvolveu em Dom Bosco e nos seus, pela intervenção materna de Maria, um característico espírito evangélico com notas peculiares, que servem para animar, fortalecer e defender também a vossa consagração específica. Nisso o P. Rinaldi foi para vós mestre insuperável, que deveis saber valorizar sempre.

Não é este o momento de entrar no conteúdo de vossa salesianidade; aqui queremos simplesmente afirmar-lhe a absoluta indispensabilidade e sua eficácia constitutiva da identidade das Voluntárias de Dom Bosco.

A dosagem com a qual se assegura a harmonia intrínseca entre salesianidade e secularidade consagrada não se obtém como uma fórmula por colocações abstratas, mas é um equilíbrio obtido da experiência espiritual vivida na fidelidade às origens e em comunhão de discernimento. Se a secularidade consagrada gera a natureza e o modelo da forma de vida, a salesianidade determina as modalidades, a extensão, a área, o grau, o estilo, a fisionomia do testemunho e a escolha do empenho da ação apostólica.

Urgência de uma formação integral

A consagração de 60 anos atrás certamente proclama também a importância da formação. A figura do P. Rinaldi, na preparação das primeiras profissões, aparece como a fi-

gura de um formador, do diretor espiritual em total sintonia com o Espírito Santo.

Nos decênios sucessivos o Instituto amadureceu e cresceu, alcançou sua indispensável e justa autonomia, que lhe confere particulares iniciativas e responsabilidades. Pois bem: entre estas responsabilidades ocupa lugar privilegiado, com incondicionada prioridade de atenção, a da formação da Voluntária: formação harmônica e integral que saiba fazer crescer em simbiose viva a salesianidade e a secularidade. Por enquanto somente vosso Instituto é, na Família Salesiana, portador dessa originalidade: traduzir o espírito de Dom Bosco na secularidade consagrada ou assumir a secularidade na consagração salesiana. Essa originalidade tão atraente não é, por si, fácil; antes, implica um aspecto delicado, difícil e até perigoso. Não pode ser vivida com genuinidade se não houver, no interior, uma forte espiritualidade. Com razão, o P. Rinaldi insistiu tanto sobre a vida interior: pensai, por exemplo, em suas penetrantes conferências sobre a “piedade”.

Paulo VI lembrava os riscos dessa originalidade, em que se encontra todo Instituto secular com uma ousada imagem agonística: “Vós caminhais sobre um plano inclinado, que refreia o passo na descida fácil e o estimula na canseira da subida. É um caminho difícil de alpinista do espírito” (CD, I, pág. 77).

Ser “no mundo e não do mundo, mas para o mundo” é certamente fascinante, mas arriscado: a “ofuscante atualidade” da vida humana “nas suas virtudes e nas suas paixões, nas suas possibilidades de bem e na sua tendência para o mal, nas suas magníficas realizações modernas e nas suas secretas deficiências e inevitáveis sofrimentos”, deve ser acompanhada de robusta fé cristã e, para vós, também de vigorosa mentalidade salesiana.

Para isso deverá se dirigir sempre, como na primeira hora, todo o esforço da formação: tanto da inicial quanto da permanente.

Certamente, neste campo, os tratados teóricos não são suficientes: os princípios devem ser integrados na vida e a vida é um conjunto orgânico que não permite forma

alguma de atomização dos elementos que a compõem. Julgo, portanto, seja uma impelente necessidade do Instituto realizar um grande esforço de formação integral. Para formar, será necessário saber apresentar à Voluntária ora um ora outro dos aspectos de sua vocação. O esforço, porém, levará a uma integração, isto é, fará perceber que todo aspecto não é separado e como independente, mas vitalmente inserido em seu orgânico contexto. A formação, mais do que ensinamento, é uma experiência de vida e de trabalho iluminada e apoiada pela meditação, pela oração e pela direção espiritual. Por sua natureza evita a unilateralidade de qualquer setor e cresce na experiência integral da vida.

O princípio ou cânone diretivo encontro-o bem explicitado no 2.º artigo de vossas Constituições: “*Com um único chamado especial, somos por Deus consagradas na profissão dos conselhos evangélicos e enviadas para o apostolado vivido no mundo, segundo o carisma próprio do nosso Instituto*”. E o carisma do Instituto abrange evidentemente em cheio, como vimos, a salesianidade, mas fundamental e especificativa.

É claro que tudo isso exige longo e apaixonado estudo de Dom Bosco e de seu espírito, de tal modo que à Voluntária seja oferecida uma visão total de sua vocação, que a distingue de qualquer outra secular consagrada, justamente como fez o P. Rinaldi com as primeiras zeladoras. Assim, por este esforço feito em profundidade, nenhum aspecto da vocação da Voluntária virá a faltar na sua específica caracterização salesiana: não faltará a vocação, enquanto chamado de Deus e resposta da criatura; nem o modo de considerar e viver os conselhos evangélicos e as virtudes cristãs; nem a perspectiva de empenho secular na Igreja; nem a atividade apostólica no contexto da missão entre a juventude e a classe popular; a vida de oração e de crescimento na santidade; nem a mesma vida de comunhão na Igreja e no Instituto. Em suma, em todo instante, em toda atitude prática de sua existência, a Voluntária poderá e deverá experimentar a íntima alegria de se sentir na escola de Dom Bosco.

É uma meta um tanto difícil de alcançar, mas bela e necessária, se não quisermos que a Voluntária vá ao encontro de perigosas crises de identidade em sua vocação. Esse

trabalho e esforço julgo sejam hoje tanto mais necessários e urgentes, quanto as Voluntárias provêm de diversos ambientes e não há mais necessidade — como no tempo do P. Rinaldi — que tenham pertencido a organizações salesianas.

Além disso, o Instituto é mais particularmente chamado a empenhar-se na formação, especialmente em atenção à sua natureza secular que exige sejam os elementos comuns e fundamentais do espírito salesiano aprofundados, assimilados e vividos, segundo o modo próprio de “seculares consagradas”.

É aqui que se torna necessária e indispensável — ao lado dos Salesianos e das Filhas de Maria Auxiliadora, dos Cooperadores, etc. — a vossa contribuição de Voluntárias, como mulheres e *mulheres consagradas na secularidade*, numa experiência de vida que é vossa e até o presente (como já observamos) de nenhum outro grupo da Família Salesiana.

A Comunhão na Família Salesiana

Vossa forma de vida prescinde de uma convivência de estrutura comunitária: sois seculares, não religiosas. Contudo a comunhão constitui também para vós, como para todo consagrado, valor central de nosso crescimento no amor: Deus é comunhão; a Igreja é comunhão; a história do homem é uma procura de comunhão.

Setor particular e privilegiado de experiência de comunhão para uma Voluntária é o da Família Salesiana. O acontecimento das primeiras profissões, que comemoramos, mostra-nos com toda clareza que nascesteis em plena comunhão de Família. Pois bem: crescereis e melhorareis sempre mais vossa identidade intensificando essa comunhão.

Nos anos 70, depois do Capítulo Geral Especial dos Salesianos, foi centralizando-se a atenção sobre o tema da “Família Salesiana” para os vários grupos que buscam inspiração em Dom Bosco. Descobriu-se que nenhum desses grupos pode assumir integralmente sua vocação específica sem referência àqueles que como ele são portadores do

espírito e da missão do Fundador. Por isso começou-se a procurar juntos uma melhor unidade dos vários grupos, na autêntica diversidade de cada um (cf. CGE 151).

Sentimo-nos todos chamados a promover a consciência de um bem comum, dado pelo Espírito e de um mais concreto e explícito intercâmbio salesiano.

A intercomunicação e a colaboração entre nós podem ser intensificadas no aprofundamento de nosso seguimento de Cristo, na fidelidade ao espírito de Dom Bosco, na renovação de sua missão e na ação concreta e, quando possível, concorde entre os jovens e o povo. Estes aspectos admitem valores comuns a todos, mesmo na pluralidade de formas e de expressões, seja nos mesmos grupos, seja na variedade cultural e pastoral das Regiões, em que se trabalha. Devemos saber testemunhar dinamicamente no Povo de Deus a unidade de inspiração e de empenho apostólico, que anima o “fenômeno salesiano” de que falava, com tanta admiração, Paulo VI.

O processo de renovação pós-conciliar admite, para nosso comum crescimento, uma consciência e um incremento de vida de comunhão de todos na Família Salesiana, esforçando-nos, cada um em seu lugar, para sermos solidários e práticos. Um grande objetivo histórico nos une: o anúncio de Cristo aos jovens e às massas populares.

Para esta realização, relançamos juntos o aspecto mariano de nossa espiritualidade, o projeto educativo de Dom Bosco, o sentido da universalidade de nossa vocação no empenho missionário, a exigência de presença e de colaboração com a Igreja local para uma pastoral descentralizada, etc.

Em particular, urge hoje revalorizar, com ajuda estimulante de todos, a qualidade de serviço do ministério sacerdotal por parte da Congregação dos Salesianos, promover uma programação da pastoral vocacional que nos questione e enriqueça mutuamente, melhorar os instrumentos de intercâmbio e de informação, cooperar com generosidade nas estruturas especializadas de estudo e reflexão, crescer na colaboração local de nosso empenho apostólico de conjunto, enfim: sermos juntos e de maneira mais efetiva fiéis a Dom Bosco, hoje.

Nesse nível dinâmico de Família Salesiana, cabe a vós também, prezadas Voluntárias de Dom Bosco, atuar, trazendo vossa magnífica originalidade e recebendo a seiva comum que vos dará mais estímulo e mais criatividade! Situando-vos nessa comunhão de Família, podereis determinar melhor a fisionomia espiritual de vossa secularidade consagrada, precisar com maior concretitude vosso horizonte apostólico e redescobrir uma inteligente colaboração prática na ação, adaptando-vos às situações sócio-políticas e ao grau de desenvolvimento da Família Salesiana local. Os tempos e as mudanças sociais exigem elasticidade e iniciativas diversas para incremento do carisma de Dom Bosco em favor dos destinatários, que lhe foram confiados pelo Senhor Jesus e por sua Mãe Maria, Auxiliadora dos Cristãos.

Eis, gentil sr.ta Ana e caríssimas Voluntárias todas, algumas reflexões orientadoras, que a celebração do 60.º aniversário das primeiras consagradas nas "camerette" de Dom Bosco suscitou em meu coração para vós.

Confio-as à maternal bondade da Auxiliadora para que as faça frutificar em vossas mentes e em vossos propósitos, e se tornem um subsídio de crescimento na fidelidade.

Desculpai haver-me alongado: é a primeira vez que trato convosco do tema, tão delicado e sugestivo de vossa singular vocação salesiana. Quis considerar esta minha manifestação de adesão e de congratulações também como um serviço inerente ao meu ministério e procurei exercitá-lo num clima bem salesiano de cordialidade e franqueza fraterna.

Desejo assegurar meu real interesse pelo Instituto e minha cotidiana oração, na Eucaristia e no Terço, pela Responsável Maior, pelas componentes do Conselho Central, por todas e cada uma das Voluntárias e, também, pelos meus queridos irmãos vossos Assistentes.

A alegria, a fidelidade e a esperança abram ao vosso Instituto perspectivas de intensa fidelidade e promissor crescimento na Igreja do Senhor.

Com o afeto de Dom Bosco

P. EGÍDIO VIGANÓ
Reitor-Mor
Sucessor de Dom Bosco

5.3 *Solidariedade fraterna (30.ª relação)*

a) INSPETORIAS DAS QUAIS CHEGARAM OFERTAS

AMERICA LATINA

Argentina, Bahia Blanca	L.	820.000
Brasil, Recife		1.000.000
Colômbia, Bogotá		1.000.000
Uruguai		1.968.000

ÁSIA

Japão		6.500.000
-------	--	-----------

EUROPA

Áustria		7.137.320
Bélgica Norte		6.500.000
Itália, Adriática		1.000.000
Itália, Centro Religioso N. N.		500.000
Itália, Meridional		1.170.000
Itália, Subalpina		5.500.000
Itália, Veneto S. Marco		700.000
Holanda		40.300.000

Total das ofertas chegadas entre 27-7-1979 e 27-11-1979 74.095.320

Saldo em caixa anterior 8.187

Quantia disponível em 27-11-1979 74.103.507

b) DISTRIBUIÇÃO DAS QUANTIAS RECEBIDAS

ÁFRICA

Africa Central Hanover Park: para uma sala escolar para negros pobres	L.	1.000.000
Africa Central, Lubumbashi: para os jovens pobres dos centros juvenis inspet.		1.000.000
Etiópia, Adigrat: para as vítimas da carestia		2.000.000
Etiópia, Makalé: para as vítimas da carestia		2.000.000

AMERICA LATINA

Antilhas: (da Adriática)	1.000.000
Antilhas: (do Uruguai)	984.000
Antilhas, Barahona: despesas de expedição de remédios	1.000.000
Antilhas, Haiti, Porto Príncipe: para marginalizados	1.000.000
Antilhas, Jarabacoa: para o Centro Juvenil	1.000.000
Antilhas, São Domingos: para as vítimas do furacão	2.000.000
Argentina, Bahia Blanca: para a assinatura de "Parola del S. Padre"	200.000
Argentina, Buenos Aires, Ramos Mejia: para a biblioteca da Casa de Formação Permanente	1.000.000
Brasil, Belo Horizonte, "Vigilantes Mirins": para material de escritório	1.000.000
Brasil, Guiratinga: para a educação de jovens pobres	1.000.000
Brasil, Manaus, Belém-Sacramenta: para um reservatório de água	1.000.000
Brasil, Porto Alegre, Curitiba: para a instalação da nova casa de noviciado	1.000.000
Brasil, Recife, Escola D. B. — Bonji: para trabalhos de restauração	1.000.000
América Central, Nicarágua: (do Uruguai)	L. 984.000
América Central, Nicarágua: (da Inspec. de Bogotá)	1.000.000
Chile, Santiago: para a pastoral juvenil "Projeto 1980"	1.000.000
Chile: ajuda a um missionário entre as aldeias pobre do norte	1.400.000
Colombia, Medellin, Ciudad D. Bosco: para meninos pobres	1.000.000
Colômbia, Medellin, Ibagué: para meninos abandonados	1.000.000
Equador, Quito, Procuradoria: para transporte aéreo de índios doentes	1.000.000

Equador, Macas, necessidades da missão	150.000
Equador, Cuenca: Paróquia D. Savio: móveis para a igreja	1.000.000
Equador, Riobamba: para necessidades pastorais	500.000
México, Guadalajara, Leon Ciudad del Niño: para meninos abandonados órfãos	1.000.000
México, México: a Irmãs missionárias para uma bolsa vocacional	1.000.000
México, México, San Cristobal de las casas (Chiapas): para material cate- quético e obras juvenis	1.500.000
México, México, Mixes, Arenal San Isi- dro: para um dispensário	1.000.000
México, México, Arroyo Lirio: para uma igreja	500.000
México, México, Mazatlan: para igreja	1.000.000
México, México, Mixes, Tepantlali: para uma condução	1.000.000
México, México, Mixes, Totontepec: para instalações do Centro juvenil	1.000.000
Paraguai, Chaco Paraguaio: para as ví- timas dos aluviões	1.000.000
Uruguai, Mercedes: móveis da igreja	500.000
Uruguai, Montevideu: para o novo aspi- rantado	1.000.000
Uruguai, Montevideu: Escola agrícola "Jackson"	1.000.000

ÁSIA

Birmânia, Lashio: para obras sociais da Prefeitura Apostólica	1.000.000
Coréia, Seul: para os filhos dos leprosos	1.000.000
Hong Kong: para os irmãos na China	1.000.000
Hong Kong: para os refugiados indo- chineses	2.000.000
Índia, Bangalore: (da Bélgica Norte)	6.500.000
Índia, Bangalore, Pallaruthy: para uma nova construção	1.000.000

Índia, Bangalore, Vaduthala: para ampliação da secção de mecânica	1.000.000
Índia, Bombaim, Antop Hill: para os marginalizados	493.000
Índia, Gauhati: para material catequético	1.000.000
Índia, Gauhati, Jowai: para construir uma escola	1.000.000
Índia, Gauhati, Nongstoin: para subsídios catequéticos	1.000.000
Índia, Gauhati, Shillong: para subsídios catequéticos	1.855.000
Índia, Tura, Mendal: para promoções sociais	1.000.000
Índia, Madrasta, Poonamallee: para contribuição a um fundo de caridade	1.000.000
Filipinas, Joris, Pasil, Tondo: para os marginalizados	1.500.000
Tailândia, Betong: reservatório de água	1.000.000
Tailândia: para os refugiados indo-chineses	2.000.000
Vietná: para as necessidades dos irmãos	2.000.000

EUROPA

Polónia, Cracóvia: (do Japão)	2.000.000
Portugal: jovens pobres de Cabo Verde	1.000.000
Portugal, Timor: 3 missões de Timor	3.000.000
Oriente médio: para os jovens pobres árabes de Belém e de Nazaré	1.000.000

Total das quantias entregues entre 27-7-1979 e 27-11-1979 74.066.000

Saldo em caixa 37.507

Total em liras 74.103.507

c) MOVIMENTO GERAL DA SOLIDARIEDADE FRATERNA

Somas chegadas em 27-11-1979 L. 827.664.574

Somas distribuídas na mesma data 827.627.067

Saldo em caixa 37.507

5.4 Irmãos falecidos

Lista alfabética

- ACKERSHOTT João, sac.: n. em Essen (Alemanha) a 13.6.1909 - m. em Colônia (Alemanha) a 22.9.1979 aos 70 a. 50 de prof. 41 de sac.
- ALENCAR Nestor, sac.: n. em Barreiros (Brasil) a 31.5.1891 - m. em Lorena (Brasil) a 8.11.1979 aos 89 a. 65 de prof. 62 de sac.
- ANDRASI João, coad.: n. Jaszapati (Hungria) a 27.12.1895 - m. em Giel (França) a 17.11.1979 aos 84 a. 44 de prof.
- BARALDI Domingos, coad.: N. em Pieve di Cento (Itália) a 27.8.1903 - m. em Bologna (Itália) a 6.6.1979 aos 76 a. 58 de prof.
- BARBERO Simão, coad., n. em Sebastiano Po (Itália) a 15.5.1903 - m. em Roma-USB a 30.10.1979 aos 75 a. 50 de prof.
- BARONE Afonso, sac.: n. em Salerno (Itália) a 18.3.1909 - m. em Cuiabá (Brasil) a 5.11.1979 aos 70 a. 48 de prof. 33 de sac.
- BIELAWSKI Eduardo, sac.: n. em Kamionka (Polônia) a 26.12.1930 - m. em Lodz (Polônia) a 12.8.1979 aos 48 a. 28 de prof. 21 de sac.
- BIZJAK Antônio, coad.: n. em Górný Lacnyc (Jugoslávia) a 5.1.1896 - m. em Lad (Polônia) a 17.9.1979 aos 83 a. 58 de prof.
- BOMONE José, sac.: n. em San Martin (Argentina) a 26.6.1900 - m. em Ramos Mejia (Argentina) a 23.6.1979 aos 79 a. 57 de prof. 50 de sac.
- BOTTIN Alberto, coad.: n. em Maser (Itália) a 22.2.1900 - m. em Monteornone (Itália) a 24.8.1979 aos 79 a. 43 de prof.
- BURLINA Benedito, sac.: n. em Cordenons (Itália) a 5.3.1915 - m. em Cumiana (Itália) a 25.8.1979 aos 64 a. 43 de prof. 36 de sac.
- CESARIN Pedro, sac.: n. em Cesarsa (Itália) a 8.4.1918 - morto em Pordenone a 23.10.1979 aos 61 a. 42 de prof. 32 de sac.
- CHOIM Mariano, coad.: n. em Varsóvia (Polônia) a 13.10.1923 - m. em Gutkowo (Polônia) a 15.6.1979 aos 56 a. 35 de prof.
- CIAPPEI Carlos, sac.: n. em Montecatini Terme (Itália) a 1.2.1913 - m. em Gênova (Itália) a 14.11.1979 aos 66 a. 48 de prof. 39 de sac.
- CICHON Adão, sac.: n. em Pobiedr (Polônia) a 28.9.1921 - m. em Zywiec (Polônia) a 25.8.1979 aos 57 a. 37 de prof. 32 de sac.
- CLARA Eustáquio, sac.: n. em Longiaru (Itália) a 11.7.1928 - m. em Fulpmes (Áustria) a 11.11.1979 aos 51 a. 20 de prof. 15 de sac.
- COLMEGNA Guilherme, sac.: n. em Buenos Aires (Argentina) a 5.9.1911 - m. em Buenos Aires a 10.12.1979 aos 68 a. 45 de prof. 35 de sac.
- COSTABILE Vicente, sac.: n. em Casteluccio Superiore (Itália) a 18.6.1907 - m. em Nápoles (Itália) a 31.7.1979 aos 72 a. 49 de prof. 39 de sac.
- CZOP Antônio, sac.: n. em Porabka (Polônia) a 18.5.1901 - m. em Pogrzebien (Polônia) a 8.8.1979 aos 78 a. 56 de prof. 45 de sac.
- DONATO CAETANO, Coad.: n. em Messina (Itália) a 1.9.1901 — m. em Messina (Itália) a 10.9.1979 aos 79 a. 46 de prof.

- FALCÃO Joaquim, sac.: n. em Manaus (Brasil) a 24.9.1906 — m. em Recife (Brasil) a 10.9.1979 aos 72 a. 50 de prof. 41 de sac.
- GONZALEZ Joaquim, sac.: n. em Valência (Espanha) a 2.3.1901 — m. em Elche (Espanha) a 29.6.1979 aos 78 a. 59 de prof. 50 de sac.
- GRASSI Vitório, sac.: n. em La Spezia a 14.5.1915 — m. em Roma a 2.9.1979 aos 64 a. 44 de prof. 34 de sac.
- HARO Alberto, sac.: n. em Cotacachi (Equador) a 2.1.1909 — m. em Quito (Equador) a 2.10.1979 aos 70 a. 52 de prof. 42 de sac.
- HARTMANN José, coad.: n. em Ebersberg (Alemanha) a 10.11.1900 — m. em Benediktbeuern (Alemanha) a 23.10.1979 aos 79 a. 43 de prof.
- HELLINKH João, sac.: n. em Merchtem (Bélgica) a 2.1.1908 — m. em Bonheiden (Bélgica) a 7.10.1979 aos 71 a. 49 de prof. 40 de sac.
- HOGAN Tomás, coad.: n. em Croagh (Irlanda) a 28.11.1908 — m. em Burwash (Inglaterra) a 24.9.1979 aos 71 a. 55 de prof.
- IBÁÑEZ José, cl.: n. em Larraga (Espanha) a 3.3.1951 — m. em Larraga a 7.8.1979 aos 28 a. 11 de prof.
- KARMIERCZAK Francisco, sac.: n. em Duszynki (Polónia) a 9.8.1911 — m. em Pila (Polónia) a 5.10.1979 aos 68 a. 45 de prof. 35 de sac.
- KITLAS Miecislau, sac.: n. em Slomianka (Polónia) a 29.6.1933 — m. em Sztum (Polónia) a 18.4.1979 aos 46 a. 24 de prof. 14 de sac.
- KNIFIC Francisco, sac.: n. em Tupolice (Jugoslávia) a 16.12.1893 — m. em Bronx (Estados Unidos) a 21.4.1979 aos 85 a. 66 de prof. 66 de sac.
- LÉGER Marcelo, sac.: n. em St. Laurent-sur-Sèvres (França) a 6.9.1920 — m. em Champagnac (França) a 10.9.1979 aos 59 a. 32 de prof. 25 de sac.
- LO NIGRO Camilo, coad.: n. em Palermo (Itália) a 23.8.1911 — m. em Ragusa (Itália) a 6.8.1979 aos 67 a. 45 de prof.
- LO PICCOLO José, coad.: n. em Caltagirone (Itália) a 27.3.1909 — m. em Jauareté (Brasil) a 22.10.1979 aos 70 a. 51 de prof.
- MACRINO João, coad.: n. em Modica (Itália) a 19.10.1892 — m. em Gênova (Itália) a 11.3.1979 aos 87 a. 60 de prof.
- MARCHETTI Aquiles, coad.: n. em Bagnacavallo (Itália) a 19.1.1887 — m. em Arouca (Portugal) a 22.1.1979 aos 92 a. 70 de prof.
- PAOLA Francisco, sac.: n. em S. Andrea dell'Ionio (Itália) a 11.6.1899 — m. em Bernal (Argentina) a 24.11.1979 aos 80 a. 62 de prof. 52 de sac.
- PAULUS José, coad.: n. em Aichkirchen (Alemanha) a 29.4.1895 — m. em Ens Dorf (Alemanha) a 15.11.1979 aos 84 a. 52 de prof.
- PAVEL João, coad.; n. em Skakovci (Jugoslávia) a 5.12.1897 — m. em Trstenik (Jugoslávia) a 19.8.1979 aos 82 a. 50 de prof.
- PEGORARO Antônio, sac.: n. em Rio S. Martino (Itália) a 29.9.1931 — m. em Florença (Itália) a 26.8.1979 aos 48 a. 28 de prof. 18 de sac.
- PRANDI Luís, coad.: n. em Bellinzago (Itália) a 1.11.1906 — m. em Turim a 11.9.1979 aos 72 a. 53 de prof.
- PUGLISI Paulo, sac.: n. em Catania (Itália) a 8.11.1909 — m. em Roma a 14.12.1979 aos 70 a. 53 de prof. 43 de sac.

- PYREK** Conrado, sac.: n. em Varsóvia (Polónia) a 5.2.1910 — m. em Lodz (Polónia) a 3.4.1979 aos 69 a. 43 de prof. 36 de sac.
- REGGIO** António, sac.: n. em Usciah (Turquia) a 30.1.1903 — m. no Cairo (Egito) a 23.8.1979 aos 76 a. 47 de prof. 39 de sac.
- RISATTI** José, sac.: n. em Tiarno Di Sotto (Itália) a 13.5.1900 — m. em Alexandria (Egito) a 3.8.1979 aos 79 a. 60 de prof. 52 de sac.
- ROBAKOWSKI** Ladislau, coad.: n. em Kamienica (Polónia) a 1.1.1896 — m. em Oswiecim (Polónia) a 5.11.1979 aos 83 a. 63 de prof.
- RUBIO** Xavier, sac.: n. em Manchones (Espanha) a 14.11.1912 — m. em Madri (Espanha) a 1.10.1979 aos 67 a. 49 de prof. 40 de sac.
- SANCHEZ** Rómulo, sac.: n. em Aipe (Colômbia) a 8.5.1888 — m. em Coro (Venezuela) a 16.4.1979 aos 91 a. 66 de prof. 54 de sac.
- SARDI** Luís, coad.: n. em Milão a 29.6.1895 — m. em Turim a 31.7.1979 aos 84 a. 49 de prof.
- SAVARE** Tarcísio, sac.: n. em Lodi (Itália) a 21.12.1908 — m. em Turim a 9.12.1979 aos 71 a. 54 de prof. 46 de sac.
- SAVINO** João, sac.: n. em S. Giovanni Rotondo (Itália) a 29.4.1896 m. em Alessandria a 29.9.1979 aos 71 a. 53 de prof. 44 de sac.
- SCALERANDI** Chiaffredo, sac.: n. em Cavour (Itália) a 8.5.1908 — m. em Alessandria a 29.9.1979 aos 71 a. 53 de prof. 44 de sac.
- SCOLARI** Ângelo, coad.: n. em Ospitaletto (Itália) a 21.8.1903 — m. em Turim a 2.9.1979 aos 76 a. 50 de prof.
- SETTI** Guido, sac.: n. em Rovereto (Itália) a 14.1.1909 — m. em Pietrasanta (Itália) a 13.12.1978 aos 70 a. 45 de prof. 39 de sac.
- SIGNORINO** João, coad.: n. em Verolengo (Itália) a 17.9.1905 — m. em Borgomanero (Itália) a 25.8.1979 aos 74 a. 45 de prof.
- STÖCKLMEIER** José, coad.: n. em Giggelsberg (Alemanha) a 1.3.1913 — m. em Penzberg (Alemanha) a 6.11.1979 aos 66 a. 45 de prof.
- TOMASINI** Paulo, sac.: n. em Buenos Aires (Argentina) a 20.4.1892 — m. em San Isidro (Argentina) a 30.7.1979 aos 87 a. 69 de prof. 60 de sac.
- TRABUCCHI** Pedro, sac.: n. em Pian di Borno (Itália) a 21.9.1925 — m. em Bogotá (Colômbia) a 20.7.1979 aos 54 a. 34 de prof. 25 de sac.
- UITERWAAL** Pedro, coad.: n. em Utrecht (Holanda) a 11.7.1925 — m. em Den Haag (Holanda) a 18.11.1979 aos 54 a. 32 de prof.
- VALENTINI** Miguel, sac.: n. em S. Gregorio di Ippona (Itália) a 21.12.1910 — m. em Roma a 5.9.1979 aos 68 a. 52 de prof. 43 de sac.
- Van der STAAL** Cornélio, sac.: n. em Den Haag (Holanda) a 7.11.1911 — m. em Paris (França) a 30.7.1979 aos 68 a. 47 de prof. 29 de sac.
- WIEDMANN** Otão, sac.: n. em Deggingen (Alemanha) a 31.8.1901 — m. em Bernal (Argentina) a 14.11.1979 aos 78 a. 49 de prof. 42 de sac.
- ZORZAL** José, sac.: n. em Castelo (Brasil) a 8.8.1929 — m. em São Paulo a 4.11.1979 aos 50 a. 30 de prof. 21 de sac.

5.5 Necrológio (ordem cronológica)

22 de janeiro

.....
Coad. **Marchetti Achille** † Arouca (Portogallo) 1979 a 92 a.

.....
11 de março

.....
Coad. **Macrino Giovanni** † Genova 1979 a 87 a.

.....
3 de abril

.....
Sac. **Pyrek Corrado** † Lódz (Polonia) 1979 a 69 a.

.....
16 de abril

.....
Sac. **Sánchez Romolo** † Coro (Venezuela) 1979 a 88 a.

.....
18 de abril

.....
Sac. **Kitlas Mjeczislao** † Sztum (Polonia) 1979 a 46 a.

.....
21 de abril

.....
Sac. **Knific Francesco** † Bronx (USA) 1979 a 85 a.

.....
6 de junho

.....
Coad. **Baraldi Domenico** † Bologna 1979 a 76 a.

.....
15 de junho

.....
Coad. **Choim Mariano** † Gutkowo (Polonia) 1979 a 56 a.

.....
23 de junho

.....
Sac. **Bomone Giuseppe** † Ramos Mejia (Argentina) 1979 a 79 a.

.....
29 de junho

.....
Sac. **González Gioachino** † Elche (Spagna) 1979 a 78 a.

.....
20 de julho

.....
Sac. **Trabucchi Pietro** † Bogotá (Colombia) 1979 a 54 a.

.....
30 de julho

.....
Sac. **Tomasini Paolo** † San Isidro (Argentina) 1979 a 87 a.

.....
Sac. **Van der Staal Cornelio** † Paris (França) 1979 a 68 a.

31 de julho

Sac. **Costabile Vincenzo** † Napoli 1979 a 72 a.

Coad. **Sardi Luigi** † Torino 1979 a 84 a.

3 de agosto

Sac. **Risatti Giuseppe** † Alessandria d'Egito 1979 a 79 a.

6 de agosto

Coad. **Lo Nigro Camillo** † Ragusa 1979 a 67 a.

7 de agosto

Ch. **Ibáñez Giuseppe** † Larraga (Spagna) 1979 a 28 a.

8 de agosto

Sac. **Czop Antonio** † Pogrzebien (Polonia) 1979 a 78 a.

12 de agosto

Sac. **Bielawski Edoardo** † Lódz (Polonia) 1979 a 48 a.

19 de agosto

Coad. **Pavel Giovanni** † Trstenik (Jugoslavia) 1979 a 82 a.

23 de agosto

Sac. **Czop Antonio** † Pogrzebien (Polonia) 1979 a 78 a.

24 de agosto

Coad. **Bottin Alberto** † Monteortone (Padova) 1979 a 79 a.

25 de agosto

Sac. **Burlina Benedetto** † Cumiana (Torino) 1979 a 64 a.

Coad. **Signorino Giovanni** † Borgomanero (Novara) 1979 a 74 a.

26 de agosto

Sac. **Pegoraro Antonio** † Firenze 1979 a 48 a.

29 de agosto

Sac. **Savino Giovanni** † Roma 1979 a 83 a.

2 de setembro

Sac. **Grassi Vittorio** † Roma 1979 a 64 a.

Coad. **Scolari Angelo** † Torino 1979 a 76 a.

5 de setembro

Sac. **Valentini Michele** † Roma 1979 a 68 a.

10 de setembro

Coad. **Donato Gaetano** † Messina 1979 a 79 a.

Sac **Léger Marcello** † Campagnac (Francia) 1979 a 59 a.

11 de setembro

Coad. **Prandi Luigi** † Torino 1979 a 72 a.

17 de setembro

Coad. **Bizjak Antonio** † Lad (Polonia) 1979 a 83 a.

22 de setembro

Sac. **Ackerschott Giovanni** † Kōin (Germania) 1979 a 70 a.

24 de setembro

Coad. **Hogan Tommaso** † Burwash (Gran Bretagna) 1979 a 71 a.

29 de setembro

Sac. **Scalerandi Chiaffredo** † Alessandria 1979 a 71 a.

1 de outubro

Sac. **Rubio Saverio** † Madrid (Spagna) 1979 a 67 a.

2 de outubro

Sac. **Haro Alberto** † Quito (Ecuador) 1979 a 70 a.

5 de outubro

Sac. **Kazmierczak Francesco** † Pila (Polonia) 1979 a 68 a.

7 de outubro

Sac. **Hellinckh Giovanni** † Bonheiden (Belgio) 1979 a 71 a.

22 de outubro

Coad. **Lo Piccolo Giuseppe** † Juareté (Brasile) 1979 a 70 a.

23 de outubro

Sac. **Cesarin Pietro** † Pordenone 1979 a 61 a.

Coad. **Hartmann Giuseppe** † Benediktbeuern (Germania) 1979 a 79 a.

30 de outubro

Coad. **Barbero Simone** † Roma 1979 a 75 a.

4 de novembro

Sac. **Zorzal Giuseppe** † São Paulo (Brasile) 1979 a 50 a.

5 de novembro

Sac. **Barone Alfonso** † Cuiabá (Brasil) 1979 a 70 a.

Coad. **Robakowski Ladislao** † Oswiecim (Polonia) 1979 a 83 a.

6 de novembro

Coad. **Stöcklmeier Giuseppe** † Penzberg (Germania) 1979 a 66 a.

8 de novembro

Sac. **Alencar Nestore** † Lorena (Brasil) 1979 a 89 a.

11 de novembro

Sac. **Alencar Nestore** † Lorena (Brasile) 1979 a 89 a.

14 de novembro

Sac. **Ciappei Carlo** † Genova 1979 a 66 a.

Sac. **Wiedmann Ottone** † Bernal (Argentina) 1979 a 78 a.

15 de novembro

Coad. **Paulus Giuseppe** † Ens Dorf (Germania) 1979 a 84 a.

17 de novembro

Coad. **Andrasi Giovanni** † Giel (Francia) 1979 a 84 a.

18 de novembro

Coad. **Ulterwaal Pietro** † Den Haag (Olanda) 1979 a 54 a.

24 de novembro

Sac. **Paola Francesco** † Bernal (Argentina) 1979 a 80 a.

9 de dezembro

Sac. **Savaré Tarcisio** † Torino 1979 a 71 a.

10 de dezembro

Sac. **Colmegna Guglielmo** † Buenos Aires (Argentina) 1979 a 68 a.

13 dezembro

Sac. **Setti Guido** † Pietrasanta (Lucca) 1978 a 70 a.

14 de dezembro

Sac. **Puglisi Paolo** † Roma 1979 a 70 a.

Composto e Impresso nas
ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS
Rua da Mooca, 766 (Mooca)
Fone: 279-1211 — P. A. B. X.
Caixa Postal, 30 439
SÃO PAULO